



**IRBR**

**GUIA DE ESTUDOS**  
**PARA O CONCURSO DE ADMISSÃO**  
**À CARREIRA DE DIPLOMATA**  
**INSTITUTO RIO BRANCO**

**MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES**  
**INSTITUTO RIO BRANCO**

1998"

0295/99



L000000296

98

Ac 1466  
R 3678



# GUIA DE ESTUDOS

IRB  
327 (1999) 1998  
8-943-e  
ex. 1

**Ministro das Relações Exteriores**

**Embaixador Luiz Felipe Lampreia**

**Secretário-Geral das Relações Exteriores**

**Embaixador Sebastião do Rego Barros**

**Diretor do Instituto Rio Branco**

**Ministro André Mattoso Maia Amado**

O presente **Guia de Estudos** é material obrigatório dos candidatos ao Concurso de Admissão à Carreira de Diplomata, do Instituto Rio Branco (IRBr), do Ministério das Relações Exteriores, como dispõe o item 1.7. do Edital transcrito a seguir.

Constam do **Guia**:

- o Edital do Diretor do IRBr sobre o Concurso;
- os programas, a bibliografia e a orientação para estudo, relativos às provas do Concurso de Admissão, bem como, sempre que possível, exemplos de provas que mereceram aprovação em concurso anterior, *mantido o texto original do candidato, com eventuais incorreções e/ou deficiências.*

A bibliografia e a orientação para estudo incluídas neste **Guia** não são exaustivas.

Brasília, em dezembro de 1997.

0295/99

## ÍNDICE

Edital .....	7
Programas, bibliografias, orientação para estudo e exemplos	
de provas .....	23
- Teste de Pré-Seleção .....	25
- Português .....	29
- Inglês .....	42
- Questões Internacionais Contemporâneas .....	51
- História .....	55
- Geografia .....	73
- Noções de Direito .....	84
- Noções de Economia .....	93
- Francês (recomendação) .....	101

**EDITAL**

(publicado no Diário Oficial da União em 12 de novembro de 1997)

O DIRETOR DO INSTITUTO RIO BRANCO torna público que estarão abertas, de 5 de janeiro a 13 de fevereiro de 1998, as inscrições para o Concurso de Admissão à Carreira de Diplomata, previsto nos arts. 38 e 39, parágrafos únicos, da Lei 7.501, de 27 de junho de 1986, regulamentados pelo Decreto de 14 de setembro de 1995, publicado no Diário Oficial da União em 15 de setembro de 1995. De acordo com a Portaria do Secretário-Geral das Relações Exteriores de 10 de novembro de 1995, publicada no Diário Oficial da União em 14 de novembro de 1995, o Concurso obedecerá às instruções constantes do presente Edital.

2. A aprovação no Concurso habilitará o candidato a ingressar em cargo da classe inicial da Carreira de Diplomata, de acordo com a ordem de classificação obtida, e a ter matrícula no Programa de Formação e Aperfeiçoamento - Primeira Fase (PROFA-I), do Instituto Rio Branco (IRBr), regulamentado pela Portaria Ministerial de 1º de novembro de 1995, publicada no Diário Oficial da União em 8 de novembro de 1995.

3. A aprovação no PROFA-I constitui condição essencial para a confirmação no Serviço Exterior, nos termos do Decreto de 14 de setembro de 1995, acima citado.

4. O presente Edital reger-se-á, no que couber, pela Portaria nº 23, de 15 de agosto de 1991, do Diretor do IRBr, publicada no Diário Oficial da União no dia 16 de agosto de 1991, que estabelece as condições de inabilitação aplicáveis aos candidatos inscritos no Concurso.

5. É fixado em 26 (vinte e seis) o número de vagas a serem providas de acordo com a ordem de classificação dos candidatos aprovados no Concurso.

## 1. DAS INSCRIÇÕES

1.1. As inscrições deverão ser feitas pessoalmente. Será permitida a inscrição por procuração, mediante entrega do respectivo mandato, acompanhado de cópia do documento de identidade do candidato e apresentação de identidade do procurador. Deverá ser apresentada uma procuração para cada candidato, a qual ficará retida.

1.1.1. Seguem os endereços onde deverão ser feitas as inscrições:

a) **na sede do IRBr em Brasília:**

- Ministério das Relações Exteriores, Anexo II, térreo, CEP 70170-900; tel.: (061) 211-6184, 211-6193 e 211-6194; fax: (061) 322-8355; e-mail: irbr@mre.gov.br

b) **nos Centros Regionais nas seguintes capitais:**

- Belém: Primeira Comissão Brasileira Demarcadora de Limites, Av. Governador José Malcher, 349, Nazaré, CEP 66035-100; tel.: (091) 242-5932/1043; fax: (091) 223-5506.

- Belo Horizonte: Faculdade de Direito, Universidade Federal de Minas Gerais, Av. Álvares Cabral, 211, 6º andar, CEP 30170-000; tel. e fax: (031) 226-5892.

- Curitiba: Escritório de Relações Externas UFPR/FUNPAR, Av. Marechal Deodoro, 950, cj. 901-B, CEP 80060-010; tel.: (041) 232-3170; fax: 232-5233.

- Florianópolis: Comissão Permanente do Vestibular, Universidade Federal de Santa Catarina, CEP 88040-900; tel.: (048) 231-9356, 231-9478, 231-9094 e 231-9095; fax: (048) 234-2324.

- Fortaleza: Departamento de Letras Estrangeiras, Universidade Federal do Ceará, Av. da Universidade, 2683, Benfica, CEP 60020-180; tel.: (085) 281-7036; fax: (085) 223-1642.

- Porto Alegre: COPERSO, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Av. Paulo Gama, 110, Anexo I da Reitoria, 1º andar, CEP 90040-060; tel.: (051) 316-3114; fax: 227-1666.

- Recife: Rua do Hospício, 371, Bloco C, 2º andar, CEP 50060-080; tel. e fax: (081) 423-6056.

- Rio de Janeiro: Secretaria de Recepção e Apoio, Palácio Itamaraty, Av. Marechal Floriano, 196; tel.: (021) 516-1744; fax: (021) 263-9571.

- Salvador: Pró-Reitoria de Extensão-Universidade Federal da Bahia, Rua Leovigildo Filgueiras, 392, Garcia, CEP 40100-170; tel.: (071) 336-9106 e 237-7044; fax: (071) 336-9299.

- São Paulo: FUNAG, Memorial da América Latina, Av. Mário de Andrade s/n, Barra Funda; tel.: (011) 823-9668; fax: (011) 823-9685.

- Vitória: Comissão Coordenadora do Vestibular, Universidade Federal do Espírito Santo, CEP 29060-900; tel.: (027) 335-2423 e 335-2412; fax: (027) 335-2426.

c) **no exterior:** nas Embaixadas, Missões Diplomáticas ou Repartições Consulares brasileiras.

1.2. **Taxa de inscrição:** a taxa de inscrição é de R\$ 45,00 (quarenta e cinco reais) e deverá ser depositada na conta 55568041-X, Agência nº 3603-X, do Banco do Brasil S.A. (Banco 1), em favor do CESPE-UnB, com o qual o IRBr mantém convênio de cooperação. Em nenhuma hipótese será a taxa restituída ao candidato.

1.3. **Requisitos:** os candidatos deverão satisfazer às condições abaixo indicadas:

a) ser brasileiro nato, conforme o art. 12, § 3, V, da Constituição;

b) contar com mais de 21 (vinte e um) anos na data do Teste de Pré-Seleção e menos de 35 (trinta e cinco) na data inicial dos exames da Quinta Fase, nos termos do art. 39, parágrafo único, da Lei 7.501, de 27 de junho de 1986, podendo inscrever-se, portanto, os nascidos entre 23 de junho de 1963 e 7 de março de 1977;

c) estar em dia com o serviço militar;

d) estar em dia com suas obrigações de eleitor;

e) haver concluído, até 7 de março de 1998, curso superior de graduação plena, reconhecido.

1.4. **Candidatos casados:** o candidato casado deverá apresentar, com os outros documentos exigidos na forma do item 5.3, certidão de casa-

mento e formulário de dados pessoais do cônjuge. Se casado com pessoa de nacionalidade estrangeira, será inscrito condicionalmente no concurso e, se aprovado, só será nomeado para o cargo na classe inicial da Carreira se obtiver a autorização a que se referem os arts. 48 e 50 do Decreto nº 93.325, de 1º de outubro de 1986, a ser requerida na forma da legislação em vigor. Essa exigência aplica-se também ao candidato cuja separação judicial não tenha transitado em julgado.

**1.5. Local das provas:** ao solicitar a inscrição, o candidato deverá declarar o local onde deseja realizar as provas da Primeira Fase, entre as opções relacionadas nas alíneas “a” e “b” do item 1.1.1 acima. Em caso de aprovação no Teste de Pré-Seleção, o local das provas da Segunda Fase será obrigatoriamente o mesmo.

**1.6. Documentação:** ao solicitar a inscrição, o candidato deverá apresentar:

- a) requerimento de inscrição, em formulário próprio do IRBr, no qual declare satisfazer a todas as condições exigidas;
- b) original e fotocópia da carteira de identidade;
- c) comprovante de pagamento da taxa de inscrição (depósito bancário), que ficará retido.

**1.7.** Depois de inscrito, o candidato receberá 1 (um) exemplar do Guia de Estudos, em que se contém a legislação, o programa e as informações relativos ao Concurso, bem como exemplos de provas do concurso anterior.

**1.8.** Respeitadas as exigências deste Edital, o Diretor do IRBr deferirá os pedidos de inscrição em edital a ser publicado no Diário Oficial da União antes do início da Primeira Fase do Concurso.

**1.9. Normas gerais:**

- a) sempre que solicitado, o candidato deverá exhibir sua carteira de identidade;
- b) não haverá segunda chamada de prova alguma;

- c) as provas escritas serão feitas com caneta preta ou azul;
- d) só quando expressamente autorizado, poderá o candidato ausentar-se do recinto da prova;
- e) será eliminado o candidato que (i) não comparecer na hora aprazada a qualquer prova, exame ou atividade prevista, (ii) agir com incorreção ou descortesia, (iii) tentar comunicar-se por qualquer meio, durante as provas, com pessoa não autorizada, e (iv) consultar, durante as provas, livro, notas ou qualquer outro material que não tenha sido expressamente admitido;
- f) será desqualificada a prova que apresentar qualquer sinal que possibilite sua identificação;
- g) a nenhum candidato será dado alegar desconhecimento das presentes instruções ou das convocações e avisos feitos no decorrer do Concurso;
- h) os casos omissos serão decididos pelo Diretor do IRBr.

## 2. DAS FASES DO CONCURSO

O Concurso realizar-se-á em 5 (cinco) fases, em que todos os testes, provas e requisitos terão caráter eliminatório, segundo os critérios e os métodos de avaliação especificados neste Edital.

A Primeira Fase constará de um Teste de Pré-Seleção (ver item 3 abaixo).

A Segunda Fase terá duas provas: Português e Inglês (ver item 4 abaixo).

A Terceira Fase será a da matrícula nas fases seguintes do Concurso, condicionada à satisfação das condições exigidas no item 1.3 deste Edital e à apresentação do material e documentação definidos no item 5 abaixo.

A Quarta Fase incluirá 6 (seis) provas: Questões Internacionais Contemporâneas, Inglês, História, Geografia, Noções de Direito e Noções de Economia (ver item 6 abaixo).

A Quinta Fase verificará as condições físicas, psíquicas e comportamentais dos candidatos (ver item 7 abaixo).

Só será admitido à fase seguinte e, no caso da Quarta Fase, à prova seguinte quem tiver sido aprovado na fase ou prova anterior.

### 3. DA PRIMEIRA FASE: TESTE DE PRÉ-SELEÇÃO (TPS)

3.1. Data, horário e local: dia 7 de março de 1998, às 09:00 horas, realizado simultaneamente no Ministério das Relações Exteriores, em Brasília, e nas cidades mencionadas na alínea "b" do item 1.1.1 acima. Terá a duração de 5 (cinco) horas.

3.2. Características - O TPS é prova de caráter eliminatório e visa a identificar o grupo de candidatos cujos interesses e conhecimentos mais se aproximam dos que deverão ser desenvolvidos no IRBr no processo de formação e aperfeiçoamento do diplomata brasileiro.

As questões versarão sobre temas da cultura brasileira e geral, além de temas da atualidade. Poderão proceder dos programas das demais matérias do Concurso, incluindo, por exemplo, aspectos ligados ao uso das modalidades oral e escrita da língua portuguesa, e, também, cobrar raciocínio lógico e analítico.

Será um teste de múltipla escolha.

Os critérios de avaliação do TPS privilegiarão o nível médio dos candidatos, segundo fórmula aplicada pela FUVEST, da Universidade de São Paulo, que, a partir de parâmetros básicos para a correção, distingue um conjunto mais homogêneo de aprovados.

O IRBr aplicará os seguintes parâmetros básicos:

- a nota de referência é 50 sobre 100;

- o número de candidatos aprovados na Primeira Fase do Concurso e, portanto, habilitados à Segunda Fase é, idealmente, 130, isto é, cinco vezes o número total de vagas abertas pelo Concurso.

Com base nesses parâmetros, aplicar-se-ão as seguintes fórmulas:

$$F = 1,2D + 0,4$$

$$N = 130F$$

onde N é o número de candidatos aprovados na Primeira Fase do Concurso, e D corresponde ao resultado da divisão do número de pontos obtidos pelo 130º candidato pelo número total de pontos possíveis no TPS (100), isto é:

$$D = \frac{\text{nota (pontos obtidos) do 130º candidato}}{\text{nota máxima possível (100)}}$$

Os coeficientes numéricos que aparecem na definição do fator F foram escolhidos de modo que F seja igual a 1 se D for igual a 0,5, isto é, se a nota (pontos obtidos) do 130º candidato for igual a 50. Neste caso, os 130 primeiros candidatos no TPS serão aprovados na Primeira Fase do Concurso. Sendo a nota do 130º superior ou inferior a 50, o fator F será superior ou inferior a 1,30. Se, por exemplo, a nota do 130º for 60, F valerá 1,2, e serão aprovados N = 146 na Primeira Fase. Se a nota do 130º for 40, F valerá 0,88, e somente serão aprovados N = 114 candidatos.

Como podem ocorrer empates, garante-se que todos os que obtiverem a mesma nota que o N-ésimo serão considerados aprovados.

Os critérios da FUVEST subordinam o resultado ao desempenho médio do grupo de candidatos. É o grupo que determina o número de candidatos cujas provas seguintes ao TPS serão corrigidas. Em outras palavras, a nota de corte passa a depender não mais do universo de candidatos, nem de uma nota mínima fixa, mas do índice médio de desempenho.

3.3. Gabarito: o gabarito do TPS estará disponível no dia 9 de março de 1998.

3.4. Resultados: o fator F finalmente calculado, em função da nota obtida pelo 130º classificado, será anunciado até as 18:00h do dia 11 de março de 1998, juntamente com a relação dos candidatos aprovados na Primeira Fase.

Dados a divulgação do gabarito e o método eletrônico de correção, não cabe recurso aos resultados do TPS.

A relação dos aprovados da Primeira Fase será enviada imediatamente para publicação no Diário Oficial da União em edital que convocará os candidatos aprovados para as Fases seguintes do Concurso.

#### 4. DA SEGUNDA FASE: PORTUGUÊS E INGLÊS

##### 4.1. Português.

4.1.1. Data, horário e local: dia 21 de março de 1998, às 09:00h (horário de Brasília), no mesmo local em que foi feito o TPS, tal como determinado no item 1.5 acima. Terá a duração de 5 horas.

4.1.2. Características - A prova de Português constará de leitura, compreensão e análise de um ou mais textos literários, jornalísticos, informativos ou científicos, para elaboração de resumo com a extensão de 200 a 250 palavras (valor: 40 pontos), e de redação sobre tema de ordem geral, com a extensão de 450 a 600 palavras (valor: 60 pontos). Serão avaliadas a adequação, a relevância e a estruturação das idéias desenvolvidas nos textos, bem como a correção gramatical e a propriedade da linguagem escrita, de modo a se aferir a capacidade de inteligência e de produção de textos escritos de acordo com os padrões da norma culta da língua portuguesa.

##### 4.2. Inglês.

4.2.1. Data, horário e local: dia 22 de março de 1998, às 09:00h (horário de Brasília), no mesmo local em que foi feita a prova de Português. Terá a duração de 5 horas.

4.2.2. Características - A prova escrita de Inglês constará de duas partes: redação sobre tema de ordem geral, com a extensão de 400 a 500 palavras (valor: 60 pontos), e versão de um ou mais textos (valor: 40 pontos). Exigir-se-á conhecimento avançado do idioma.

4.3. Aprovação: serão considerados aprovados na Segunda Fase do Concurso os candidatos que obtiverem as notas mínimas de 60 (sessenta), numa escala de 0 (zero) a 100 (cem), na prova de Português, e de 50 (cinquenta), na de Inglês. O candidato que entregar uma prova em branco estará automaticamente eliminado e não terá a outra prova corrigida.

4.4. Resultados: os resultados da Segunda Fase serão anunciados, na sede do IRBr, em Brasília, às 14:00h do dia 22 de abril de 1998, e divulgados, nos demais locais onde se tenha realizado o Concurso, até as 18:00h desse mesmo dia.

4.5. Recursos: os candidatos terão direito à vista de provas, observadas as seguintes condições:

a) a vista de provas e os pedidos de revisão de notas, doravante chamados de recursos, só serão aceitos quando solicitados pelos próprios candidatos — não se aceitando, portanto, procurador para esse fim — e sempre nos locais de realização das provas;

b) os recursos serão requeridos em formulário próprio, fornecido pelo IRBr;

c) só serão aceitos requerimentos de recursos fundamentados, que indiquem precisamente as questões e os pontos em que o candidato se sentir prejudicado;

d) os requerimentos deverão ser apresentados até as 18:00h do dia 24 de abril, em Brasília, e até as 18:00h, hora de Brasília, do dia 25 de abril, nos Centros Regionais;

e) respeitada a fundamentação dos recursos, caberá ao Diretor do IRBr deferi-los para consideração da Banca Examinadora;

f) o julgamento dos recursos terá caráter irrecorrível, passando a nota a ser definitiva;

g) os resultados dos recursos e, portanto, o resultado final da Segunda Fase serão anunciados até as 18:00h do dia 29 de abril de 1998, na sede do IRBr, em Brasília, e imediatamente mandados para publicação no Diário Oficial da União em edital que convocará os candidatos aprovados para as Fases seguintes do Concurso.

#### 5. DA TERCEIRA FASE: MATRÍCULA

5.1. Data, horário e local: dia 13 de maio de 1998, às 09:30h, na sede do IRBr, em Brasília.

5.1.1. Os candidatos que tiverem feito as provas da Segunda Fase nos Centros Regionais receberão do IRBr passagem aérea de ida e volta a Brasília e auxílio em dinheiro a partir do dia 13 de maio de 1998, até quando se justificar sua presença na Capital Federal em função do Concurso.

5.2. Matrícula: a concessão da matrícula na Terceira Fase do Concurso estará condicionada à apresentação à Secretaria do IRBr de:

- a) três fotos 3x4;
- b) uma foto 3x4 do cônjuge;
- c) original e fotocópia dos seguintes documentos: (i) certidão de nascimento, (ii) prova de quitação com o Serviço Militar, (iii) título de eleitor atualizado, (iv) diploma ou certificado de conclusão, até 7 de março de 1998, de curso superior de graduação plena, reconhecido, e (v), se casado, os documentos mencionados no item 1.4 acima.

5.2.1. A falta de qualquer desses documentos acarretará a eliminação do candidato.

## 6. DA QUARTA FASE

6.1. Local e calendário: as provas da Quarta Fase do Concurso realizar-se-ão no Ministério das Relações Exteriores, em Brasília, entre os dias 14 de maio e 13 de junho de 1998, assim distribuídas:

- a) Questões Internacionais Contemporâneas e Inglês, dos dias 14 a 18 de maio, em grupos alternados;
- b) História, em 23 de maio;
- c) Geografia, em 30 de maio;
- d) Noções de Direito, em 6 de junho;
- e) Noções de Economia, em 13 de junho.

6.2. Das provas orais: as provas de Questões Internacionais Contemporâneas e Inglês serão orais.

6.2.1. Questões Internacionais Contemporâneas:

- a) a prova terá por objetivo verificar o conhecimento e a capacidade

de reflexão do candidato sobre temas internacionais correntes, incluindo antecedentes, situação atual e posição do Brasil;

b) na arguição, serão igualmente avaliadas a capacidade do candidato de analisar o tema e de organizar sua exposição e a forma de fazê-lo, do ponto de vista tanto da articulação como da apresentação pessoal;

c) a Banca Examinadora valorizará particularmente o tratamento que ressalte os interesses brasileiros nos temas;

d) o candidato sorteará três temas e terá 15 (quinze) minutos para preparar exposição sobre um deles;

e) a exposição deverá ser de 10 (dez) minutos, seguida de perguntas da Banca Examinadora, que poderá, se julgar procedente para a avaliação do candidato, ampliar o tema inicialmente tratado, referindo-se, em particular, ao conteúdo da Bibliografia.

6.2.2. Inglês:

a) o objetivo da prova é verificar a fluência, a correção e a capacidade de expressão do candidato na língua inglesa;

b) a Banca Examinadora avaliará, também, a capacidade de reflexão do candidato sobre os temas tratados;

c) o candidato sorteará um texto e terá 15 (quinze) minutos para prepará-lo, podendo recorrer a dicionário, posto à disposição pelo IRBr;

d) a arguição constará de leitura em voz alta do texto selecionado, no todo ou em parte, seguida de resumo oral, análise de parágrafos ou frases, perguntas sobre significação de termos e questões sobre pontos que vierem a ser suscitados pelo texto.

6.2.3. Aprovação: será considerado aprovado nas provas orais o candidato que obtiver a nota mínima de 50 (cinquenta) em cada uma;

6.2.4. Resultados: os resultados das provas orais serão divulgados até as 10:00h do dia 20 de maio;

6.2.5. Recursos:

a) o candidato que se sentir prejudicado pela avaliação poderá ouvir e transcrever a gravação de sua arguição, mas não copiá-la, e, se o

fundamentar, dirigir pessoalmente requerimento de recurso ao Diretor do IRBr;

b) os requerimentos deverão ser apresentados até as 13:00h do dia 21 de maio, para o devido deferimento pelo Diretor do IRBr;

c) o resultado dos recursos será anunciado até as 18:00h do dia 22 de maio e terá caráter irrecorrível, passando a nota a ser definitiva.

6.2.6. O candidato reprovado em qualquer uma das provas orais será eliminado do Concurso.

6.3. Das provas escritas: as provas de História, Geografia, Noções de Direito e Noções de Economia serão escritas e:

a) terão a duração de cinco horas cada uma;

b) serão compostas de cinco pequenas dissertações, no valor de 20 (vinte) pontos cada.

6.3.1. Nas provas de História e Geografia, três das questões obrigatoriamente tratarão do Brasil.

6.3.2. Na prova de Noções de Direito, somente será admitida consulta a textos legais (a serem eventualmente fornecidos pela Direção do IRBr) quando expressamente autorizada.

6.3.3. A nota mínima exigida em História e Geografia é de 50 (cinquenta) pontos e em Noções de Direito e Noções de Economia, 40 (quarenta).

6.3.4. A reprovação em uma prova escrita eliminará o candidato do Concurso.

6.3.5. O calendário de anúncio dos resultados e dos recursos, respeitadas as regras de fundamentação e deferimento, é o seguinte:

Prova	Anúncio do resultado (13:00h)	Apresentação de recursos (até 18:00h)	Resultado final (até 18:00h)
História	25/5/98	27/5/98	29/5/98
Geografia	1º/6/98	03/6/98	05/6/98
N. Direito	08/6/98	10/6/98	12/6/98
N. Economia	15/6/98	17/6/98	19/6/98

## 7. DA QUINTA FASE: EXAMES FÍSICOS E PSÍQUICOS

7.1. Data, local e horário: os exames terão início no dia 22 de junho de 1998 em local e horário a serem oportunamente informados pela Secretaria do IRBr.

7.2. Características - A Quinta e última Fase do Concurso visa a verificar se o candidato possui as condições físicas, psíquicas e comportamentais exigidas pela profissão de diplomata, nos termos do art. 7º da Lei nº 7.501, de 27 de junho de 1986. São condições de inabilitação as prescritas pela Portaria nº 23, de 15 de agosto de 1991, do Diretor do IRBr.

7.3. Junta de Avaliação: conduzirá a avaliação da higidez e da habilitação física e psíquica dos candidatos uma Junta de Avaliação presidida pelo chefe do Serviço Médico do Ministério das Relações Exteriores e integrada por dois outros médicos, não vinculados ao Ministério, com ampla experiência em clínica geral e psiquiatria, respectivamente, designados pelo Diretor do IRBr. A Junta de Avaliação emitirá laudo sobre cada candidato, considerando-o "habilitado" ou "inabilitado". Os resultados serão publicados no Diário Oficial da União, e o IRBr informará a cada candidato inabilitado, em particular, o fundamento da sua inabilitação.

7.4. Resultados: os resultados da Quinta Fase do Concurso serão afixados na sede do IRBr, em Brasília, no dia 25 de junho de 1998.

7.5. Recursos: o candidato inabilitado terá direito a recurso, mediante requerimento dirigido ao Diretor do IRBr, pelo prazo de 24 horas, a contar da divulgação de que trata a cláusula precedente. Para esse fim, o Diretor do IRBr designará Junta de Recurso, composta por quatro membros: (i) um Ministro de Primeira ou de Segunda Classe, que a presidirá, sem direito a voto; (ii) um dos médicos que tenha integrado a Junta de Avaliação; e (iii) dois outros médicos. Com base na reavaliação efetuada, a Junta emitirá laudo definitivo, a ser submetido ao Diretor do IRBr, que o elevará, com seu parecer, ao Secretário-Geral das Relações Exteriores. A decisão deste será final e irrecorrível. Se o desejar, o candidato inabilitado poderá designar, por sua conta, um médico para apresentar à Junta de Recurso as razões que fundamentam sua inconformidade com a avaliação inicial.

## 8. RESULTADO FINAL DO CONCURSO

8.1. Será considerado aprovado no Concurso o candidato que, tendo sido considerado habilitado pela Junta de Avaliação, de que trata o item 7. deste Edital, obtiver, além das notas mínimas exigidas em cada prova da Segunda e Quarta Fases, média global igual ou superior a 60 (sessenta) nessas Fases.

8.2. A ordem de classificação no Concurso determinará a ordem de ingresso na classe inicial da Carreira de Diplomata e a matrícula automática no PROFA-I.

8.3. O Diretor do IRBr informará a data da nomeação e da posse no Serviço Exterior, bem como a do início do PROFA-I.

8.4. Uma vez nomeados, os aprovados no Concurso tomarão posse, ainda que mediante procuração específica, na data determinada pelo Diretor do IRBr, iniciando imediatamente as atividades introdutórias do PROFA-I.

8.5. O início do efetivo exercício com a obrigatoriedade das atividades do PROFA-I ocorrerá 30 (trinta) dias após a posse.

Parágrafo único. O resultado final do Concurso será anunciado, por ordem de classificação dos aprovados, isto é, pela ordem decrescente das respectivas médias globais, até as 14:00h do dia 29 de junho de 1998, e imediatamente mandado para publicação no Diário Oficial da União, para efeitos de nomeação no Serviço Exterior.

## 9. DISPOSIÇÕES GERAIS

9.1. Os programas das matérias do Concurso serão detalhados no Guia de Estudos de que trata o item 1.7 acima.

9.2. É obrigatório o uso de traje passeio completo (terno e gravata) nas provas da Quarta e Quinta Fases do Concurso. Exige-se, igualmente, traje apropriado para a Primeira Fase.

9.3. Identificação e Divulgação dos Resultados:

Na Primeira Fase, as respostas ao Teste de Pré-Seleção serão dadas em formulário ótico.

Na Segunda e Quarta Fases, as provas escritas serão desidentificadas para efeito de correção. Somente no momento do anúncio dos resultados ocorrerá a identificação em público.

9.4. Aceitação das Normas do Edital: o requerimento de inscrição implica o conhecimento e a aceitação, pelo candidato, de todos os prazos e normas estabelecidos pelo presente Edital. O candidato que fizer declaração falsa ou inexata, ou que não satisfizer as condições exigidas, poderá ter cancelada sua inscrição a qualquer momento, por decisão do Diretor do IRBr, publicada no Diário Oficial da União. Cancelada a inscrição, serão anulados todos os atos dela decorrentes.

André Mattoso Maia Amado  
Diretor do Instituto Rio Branco

***Programas***

***Bibliografias***

***Orientação para estudo***

***Exemplos de provas***

***Teste de Pré-Seleção***

***Português***

***Inglês***

***Questões Internacionais Contemporâneas***

***Geografia***

***Noções de Direito***

***Noções de Economia***

## TESTE DE PRÉ-SELEÇÃO

O Teste de Pré-Seleção (TPS) é *sui generis* dentro do conjunto das provas programadas para o Concurso de Admissão à Carreira Diplomática e, exatamente por isso, exige um comentário especial.

Como o nome indica, trata-se de uma prova inicial, de caráter eliminatório. O fato de ser elaborada sob a forma de testes possibilita rápida correção sem perda do padrão de qualidade, que, para o Instituto Rio Branco, constitui questão de princípio. Em 1996, por exemplo, inscreveram-se 2.358 candidatos no Concurso. Não seria realista supor que um número tão elevado de provas de Português e Inglês, de natureza discursiva, pudesse ser corrigido em tempo hábil e segundo os critérios tradicionais do Instituto Rio Branco. Atribuiu-se, assim, a função de filtro a um tipo de prova, que, aliás, já fora aplicado em concursos anteriores.

O objetivo do TPS é, portanto, o de proceder a uma redução seletiva do número de candidatos, da maneira mais objetiva possível, franqueando o acesso para a fase seguinte do concurso apenas àqueles que reúnem condições consideradas indispensáveis para continuar concorrendo. O TPS visará a expor todos os candidatos, quaisquer que sejam suas procedências, a condições de igualdade de competição num concurso para o qual se inscrevem postulantes dos mais remotos lugares do país.

Para definir a particularidade do TPS, nada melhor do que confrontá-lo com os demais exames do mesmo Concurso. Cada um destes tem em vista a avaliação de conhecimentos específicos, inscritos num domínio particular do saber, o que permite um grau maior de previsibilidade dos temas passíveis de constituírem matéria para as diferentes questões e, por conseqüência, a possibilidade de uma preparação sistemática. Prova disso é a publicação e a indicação de um *Manual do Candidato* para as matérias

da Segunda e Quarta Fases do Concurso, cujo acesso é permitido apenas aos candidatos aprovados no TPS. Evidentemente, a indicação de Manuais, que também é fundamentada no mesmo propósito de garantir iguais condições de competição a todos, não implica compromisso de acorrentar os exames ao conteúdo neles explícito, mas serve de orientação para os candidatos, onde quer que se estejam preparando para o Concurso, sobre a concepção básica que presidirá à elaboração das questões das provas. É uma forma também de dizer que os conteúdos dessas disciplinas não são indefinidos.

O TPS contrasta com os demais exames em aspectos essenciais e substantivos. Algumas questões poderão proceder, inclusive, dos programas das matérias constantes das outras fases do Concurso, mas sua formulação será necessariamente distinta, considerando-se a estrutura do Teste. Outras procurarão verificar a capacidade de raciocínio dos candidatos. Para muitos, o saber é tributário do conhecimento tanto quanto do pensar bem e logicamente. Grande parte das questões, no entanto, abrangerá uma gama de conhecimentos que, embora finita, possui uma extensão tal que não se sujeita a uma preparação satisfatória a curto prazo. Trata-se da avaliação de um tipo de conhecimento (indispensável para a carreira diplomática), que não tem contornos demarcáveis, originário das fontes mais diversas e refratário ao confinamento em manuais específicos (não é outra a razão por que não se indica um Manual para o Teste). Sua característica é a pluralidade, e seu espaço de circulação está na grande relação discursiva do homem com seu mundo. É consequência de um intelecto ativo, em estado de constante prontidão para os acontecimentos do meio social. O fato de não ser uma prova previsível não é casual: seu propósito é exatamente o de avaliar a incorporação de um tipo de conhecimento que faz parte daquilo que se convencionou chamar de currículo oculto, constituído de um residual que não depende da memória momentânea, mas da memória permanente. É um cabedal de conhecimento duradouro que, estabilizado como se fizesse parte do próprio organismo, apenas marginalmente depende de esforço mental para emergir.

Para compreender com clareza a finalidade do TPS, deve-se levar em conta que o tipo de conhecimento por ele aferido é significativamente útil para o exercício proficiente da função diplomática.

Se a guerra é o espaço do confronto, a diplomacia é o da negociação: se o principal recurso do guerreiro são os armamentos, o do negociador é o discurso. Àquele compete saber manobrar, com perícia, as armas de combate: a este, o discurso. Ora, a manobra eficiente do discurso implica a dupla habilidade de compreender, com o grau máximo de absorção, os significados contidos num texto e a de produzir textos que atinjam os resultados premeditados pelo seu enunciador. Como essas duas competências dependem em grande parte do conhecimento duradouro tal qual já foi definido anteriormente, a primeira parte dos exames para ingresso na Carreira Diplomática é programada para testar o candidato no domínio dessa modalidade de saber, sem cuja contribuição tanto a competência de leitura como a de produção de texto podem ficar comprometidas. A qualquer momento, uma simples alusão a certo episódio ou personagem da cultura pode trazer embaraço de compreensão para quem os ignora. Imagine-se, por hipótese, alguém qualificar seus argumentos como “acacianos” ou uma fala como esta, entre diplomatas de dois países em conflito: “Seu país está manipulando esse episódio do mesmo modo como Iago manipulou o lenço de Desdêmona”. Agradecer a seu primeiro interlocutor ou concordar com o segundo pode produzir resultados desconcertantes.

Mas o conhecimento não é necessário só pelo lado negativo, isto é, apenas para prevenir inconvenientes. É valioso também do ponto de vista positivo, isto é, sua posse produz vantagens consideráveis, em se tratando de profissionais cujo ofício depende muito da facilidade de bem relacionar-se com seus circunstantes, de mostrar-se bem informado, de cultivar um olhar curioso de novos conhecimentos, bem como de ser capaz de, a partir de simples conversa, captar eventuais “mensagens” subjacentes e delas tirar conclusões. Nesse particular, um conhecimento da mais variada natureza (música, literatura, teatro, cinema, artes plásticas, entre outras) auxilia o diplomata a manter viva a conversação. Um dos objetivos de conversa aparentemente “amena” é, na verdade, obter informação privilegiada, ou elementos para subsidiar o processo decisório. Não é preciso insistir na utilidade de uma competência que encurta distâncias, aquece o diálogo, suaviza o contato, promove, enfim, o que a retórica antiga costumava chamar de “captação de benevolência”. Além de habilitar o diplomata a munir-se de elementos para executar uma de suas tarefas primordiais, a de informar,

a "captação de benevolência" auxilia-o nas demais funções, a saber, representar e negociar.

O TPS será concebido sobre as bases dessa forma de conhecimento, tão funcional para o exercício da Diplomacia, que deve estar consolidado na memória do seu portador. Trata-se, pois, de um tipo de prova sobre o imprevisível, já que seus resultados só serão significativos se forem a expressão de vivência contínua, não programável ou controlável. Não há, portanto, publicação específica a ser indicada para sua preparação.

A melhor - e única - forma de se preparar para esse tipo de prova é abrir os olhos para o mundo ao redor: ler muito e bem (romances, poesias, jornais, revistas, teatro ...), estar atento a todo tipo de manifestação cultural (cinema, teatro, esporte, concertos, exposições musicais em geral ...), pôr-se em estado de prontidão permanente para a realidade política, social, econômica do país e do mundo, cultivar as artes em geral, tanto nas suas manifestações eruditas como nas populares, procurar contemplar todo o espetáculo humano com um olhar desperto e crítico, tentando discernir o que é merecedor de atenção especial daquilo que é corriqueiro.

## PORTUGUÊS

A prova escrita de Português constará de leitura, compreensão e análise de um ou mais textos literários, jornalísticos, informativos ou científicos, para elaboração de resumo, com a extensão de 200 a 250 palavras (valor de 40 pontos), e de redação sobre tema de ordem geral, com a extensão de 450 a 600 palavras (valor de 60 pontos). Serão avaliadas a adequação, a relevância e a estruturação das idéias desenvolvidas nos textos, bem como a correção gramatical e a propriedade da linguagem escrita, de modo a se aferir a capacidade de inteligência e de produção de textos escritos de acordo com os padrões da norma culta da língua portuguesa.

### Programa:

1. Conceitos básicos da ciência lingüística: língua e fala; sincronia e diacronia; sistema, norma e uso; variação lingüística; dialeto e registro; modalidade falada e modalidade escrita; a noção de erro; contexto e discurso; funções da linguagem.

2. Intelicção e produção de textos: compreensão textual; domínio da modalidade escrita e da norma culta da língua portuguesa; coesão e coerência; intertextualidade.

3. Uso, descrição e análise da língua portuguesa; fonética e fonologia; morfossintaxe; semântica; léxico; ortografia; pontuação; a língua portuguesa do Brasil.

4. Noções de estilística.

### Bibliografia:

BECHARA, Evanildo. Moderna gramática da língua portuguesa, Cia. Editora Nacional, Rio de Janeiro, 1976.

———. Lições de português pela análise sintática, Padrão, Rio de Janeiro, 1977.

- BUARQUE DE HOLANDA FERREIRA, Aurélio. Novo dicionário da língua portuguesa, Nova Fronteira, Rio de Janeiro, 1986.
- CAMARA JR., J. Mattoso. Dicionário de lingüística e gramática, Vozes, Petrópolis, 1977.
- CARRAHER, David W. Senso Crítico: do dia-a-dia às ciências humanas, Pioneira, São Paulo, 1983.
- CUNHA, Celso & CINTRA, L. F. Lindley. Nova gramática do português contemporâneo, Nova Fronteira, Rio de Janeiro, 1985.
- FERNANDES, Francisco. Dicionário de verbos e regimes, Editora Globo, Rio de Janeiro.
- . Dicionário de regimes de substantivos e adjetivos, Editora Globo, Rio de Janeiro.
- GARCIA, Othon M. Comunicação em prosa moderna, Fundação Getúlio Vargas, RJ, 1985.
- KURY, Adriano da Gama. 1000 perguntas: português, Editora Rio, Rio de Janeiro, 1983.
- . Ortografia, pontuação e crase, MEC, Rio de Janeiro, 1988.
- LAPA, Manuel Rodrigues. Estilística da língua portuguesa, Martins Fontes, São Paulo, 1982.
- SAVIOLI, Francisco e FIORIN, José Luiz. Manual do Candidato - Português, FUNAG, Brasília, 1995.

### **Exemplo de prova (concurso de 1997)**

Leia os textos que se seguem.

#### Texto nº 1 - Yes, nós temos halloween

Em pleno Brasil lindo e trigueiro havia lojas na semana passada vendendo uniforme de bruxa

Agora sim. Agora vamos. Um importante passo no rumo da inserção do Brasil no Primeiro Mundo foi dado nos últimos anos com o início da celebração, por aqui, da festa conhecida como *halloween*. Sim, já há *halloween* no Brasil. Em pleno Brasil lindo e trigueiro, para não dizer

inzoneiro, este Brasil brasileiro, terra de vatapá, caruru e mungunzá, havia na semana passada lojas vendendo roupas e chapéus de bruxa. Escolas promoviam festas alusivas à data. Casas noturnas anunciavam bailes comemorativos.

Crianças invadindo as casas e pedindo doces, senão fazendo malvadezas: “Me dê um trato ou faça uma traquinagem!” Abóboras ocas, chapéus cônicos, vassouras voadoras. Dá para acreditar que isso esteja ocorrendo no Brasil, até ontem tão atrasado? Para os leitores que não sabem o que é *halloween*, pois nem tudo é perfeito, ainda, no Brasil, trata-se daquele evento, na véspera do Dia de Todos os Santos, com o qual os americanos celebram o Dia das Bruxas. Pois agora já estamos quase iguais aos americanos. Temos *halloween*. Yes, nós temos *halloween*.

O fenômeno por enquanto circunscreve-se às áreas chiques de São Paulo, Rio de Janeiro e outras cidades. O povão ainda não chegou lá. Na verdade, o povão sempre chega atrasado. Em seu meio, ainda nem existe o hábito de colar adesivos com gracejos em inglês no automóvel. A rigor, a grande maioria nem tem automóvel. Portanto, mesmo se fosse a Miami e comprasse um adesivo, não teria onde colar.

O *halloween* veio culminar uma série de avanços ultimamente experimentados pela boa sociedade brasileira. Já há lugares onde se pode pedir sorvete de *vanilla*, muito superior ao de *baunilha*. As redes de sorveteria La Basque e Babuska oferecem *vanilla*. Mesmo que a palavra seja de origem espanhola, foi incorporada pela língua inglesa, e os americanos a utilizam. Vale dizer que, no La Basque e na Babuska, toma-se sorvete em inglês, o que impressiona muito mais ao paladar. Também há lojas que anunciam *sales* e oferecem produtos com preços 10% *off*, ou 20% *off*, o que é muito mais vantajoso do que uma simples *liquidação* que ofereça descontos equivalentes. E já se pode ligar para uma pizzaria que faça *delivery*, em vez de *entrega*, sem falar na inominável venda *para viagem*. Com a *delivery*, garantem-se rapidez e segurança no percurso.

Em certas esquinas de shopping center, olha-se em volta e só se vê inglês. Mergulha-se então na magia dos *Ws* e *Ys*, na simpatia do *S*. Esse Brasil, sim, dá gostô. Ele fazia por merecer o *halloween*, que mesmo que fosse só uma palavra, sem significado, já nos conduziria a um mundo de encantamento, com sua formidável carga de *Ls* e *Es* duplos, enriquecido

ainda por um *W* e um *H* como deve ser, não mudo e inútil, mas trabalhado desde o fundo da garganta, sem medo de ser ouvido. O Brasil que dá gosto é aquele que não parece Brasil. Não. O Brasil que dá gosto é aquele que não só não parece o Brasil, mas parece os Estados Unidos. É a este que, como numa vassoura de bruxa, nos transporta o *halloween*.

Talvez o leitor tenha desconfiado de que se tentou fazer ironia, neste texto. Mas talvez não, dadas as deficiências do escriba. Então vai-se direto ao ponto: festejar o *halloween*, no Brasil, é coisa de basbaques. Assim como saborear “vanilla”, vender “off” e despachar “delivery”. É coisa de imitadores. Ainda se fosse para imitar o que a civilização americana tem de fundamental, como o respeito à lei e à ética do trabalho, vá lá. Mas não — é para imitar pela rama, ciscando no que há de estéril e superficial. Ora, imitar, macaquear, querer igualar-se àquele que se considera superior pelas vãs artimanhas do arremedo não é apenas confessar-se inferior, nem falsificar-se a si mesmo como outros falsificam uísque. Antes, é uma das mais antigas e consistentes formas de ser tolo.

Roberto Pompeu de Toledo. *Veja*, 06/11/96.

### Texto n° 2 - Entre Palavras

Entre coisas e palavras — principalmente entre palavras — circulamos. A maioria delas não figura nos dicionários de há 30 anos, ou figura com outras acepções. A todo momento impõe-se tomar conhecimento de novas palavras e combinações de.

Você que me lê, preste atenção. Não deixe passar nenhuma palavra ou locução atual, pelo seu ouvido, sem registrá-la. Amanhã, pode precisar dela. E cuidado ao conversar com seu avô; talvez ele não entenda o que você diz.

O malote, o cassete, o “spray”, o fuscão, o copião, a Vemaguet, a chacrete, o linóleo, o “nylon”, o “nycron”, o ditafone, a Informática, a dublagem, o sinteco, o telex... existiam em 1940?

Ponha aí o computador, os anticoncepcionais, os mísseis, a motoneta,

a Velo-Solex, o biquíni, o módulo lunar, o antibiótico, o enfarte, a apanha-penturam, a biônica, o acrílico, o tá legal, o “apartheid”, o som “pop”, o “branco”, as estruturas e a infra-estrutura.

Não esqueça também (seria imperdoável) o Terceiro Mundo, a descapitalização, o desenvolvimento, o unissex, o bandeirinha, o “mass media”, o Ibope, a renda “per capita”, a mixagem.

De passagem, anote a reunião de cúpula, a minicopa, a conjuntura, o Porcão, a Reflexologia, a ioga, o iogurte, os alucinógenos, o morfema, o semantera, o estocástico, o ergódigo e o markoviano.

Só? Não. Tem seu lugar ao sol a metalinguagem, o servomecanismo, as algias, a coca-cola, o superego, a Futurologia, a homeostatia, a Adecif, a Transamazônica, a SUDENE, o INCRA, a UNESCO, o ISOP, a OEA e a ONU.

Estão reclamando porque não citei a conotação, o conglomerado, a diagramação, o ideograma, o idioleto; o Icm, a Ibm, o falou, as operações triangulares, o “zoom” e a guitarra elétrica.

Mas por sua vez se esqueceram de lembrar chuchu-beleza, ecumenismo, tremendo barato, monema, parâmetro, gerontologia, genocídio, cronograma, PIB, política habitacional, gol de letra, mercado fracionário de balcão.

Olhe aí na fila — quem? Embreagem, defasagem, barra tensora, vela de ignição, engarramento, DETRAN, poliéster, parafernália, filhotes de bonificação, letra imobiliária, conservacionismo, “carnet” da girafa, poluição.

Mas há de haver espaço para setorial, tônica, mafagafe (José Cândido de Carvalho descobriu um ninho deles, e diverte-nos com a descoberta, em delicioso livro), complexo de castração, inseminação artificial, “napalm”, ovos de codorna, teste de Cooper, sesquicentenário, didascália, passarela, gelo-baiano.

E o vestibular para milhões? O cursinho e o cursilho? O mestrado? Ah, faltava a análise sinótica do mapa meteorológico. A custódia de títulos nominativos. O transplante, variadíssimo e nem sempre letal. A implantação e os implementos industriais. O audiovisual e seus flanelógrafos, para uso de aloglotas. A microbiótica, pois não. E o “offset”.

Fundos de investimento, e daí? Também os de incentivos fiscais. “Know-how”. Barbeador elétrico de 90 microrranhuras. Fenolite. Baquelite.



LP e compacto. Alimentos supergelados. Viagens pelo crediário. Circuito fechado de TV na Rodoviária. “Argh!” “Pow!” “Click!”

Não havia nada disso no jornal do tempo de Venceslau Brás, ou mesmo de Washington Luís. Algumas dessas coisas começam a aparecer sob Getúlio Vargas. Hoje estão ali na esquina, para consumo geral. A enumeração caótica não é invenção crítica de Leo Spitzer. Está aí, na vida de todos os dias. Entre palavras e combinações de palavras circulamos, vivemos, morremos, e palavras *somos*, finalmente, mas com que significado, que não sabemos ao certo?

Carlos Drummond de Andrade.

*De notícias e não notícias faz-se a crônica.*

Texto nº 3 - Português do Brasil *versus* português de Portugal: as querelas

(...) Vamos ler algumas opiniões sobre a questão de haver uma ou duas línguas portuguesas. Tais especulações são, em geral, carregadas de nacionalismo exacerbado, para um ou para outro lado. Iniciemos pela de Câmara Junior:

“Como quer que seja, as discrepâncias de língua padrão entre Brasil e Portugal não devem ser explicadas por um suposto substrato tupi ou por uma suposta profunda influência africana, como se tem feito às vezes. Resultam essencialmente de se achar a língua em dois territórios nacionais distintos e separados.

A partir do período clássico, em que o português se implantou no Brasil, cada país teve a sua evolução lingüística, nem sempre coincidente uma com a outra, apesar das estreitas relações de vida social e cultura. (...)

O problema do português popular e dialetal do Brasil é, naturalmente, outro. Nele podem ter atuado substratos indígenas, não necessariamente, tupi, e os falares africanos, na estrutura fonológica e gramatical. Também se verificaram, por outro lado, sobrevivências de traços portugueses arcaicos, que não se eliminaram de áreas isoladas ou laterais em relação às grandes correntes de comunicação da vida colonial. A imensa vastidão do território brasileiro e as modalidades de uma exploração intermitente e caprichosa já

propiciavam, aliás, por si sós, uma complexa dialeção, que ainda está por se estudar cabalmente”<sup>1</sup>.

A posição de Câmara Junior, poderíamos dizer, é objetiva e neutra: nela está presente a preocupação científica do lingüista que preconiza, fundamentalmente, a evolução natural para um e outro sistema, em territórios geográficos distintos. Tal não é a neutralidade científica encontrada em Ribeiro (1933)<sup>2</sup>. Nessas breves passagens do texto de Ribeiro, *A língua nacional*, fica clara a posição apaixonada que o autor assume em relação à unidade brasílica do português americano. Vejamos:

“Parece todavia incrível que a nossa Independência ainda conserve essa algema nos pulsos, e que a personalidade de americanos pague tributo à submissão das palavras. (...)

A nossa gramática não pode ser inteiramente a mesma dos portugueses. As diferenciações regionais reclamam estilo e método diversos. (...)

Trocar um vocábulo, uma inflexão nossa, por outra de Coimbra, é alterar o valor de ambos a preço de uniformidades artificiosas e enganadoras. (...)

Não podemos, sem mentira e sem mutilação perniciosa, sacrificar a consciência das nossas próprias expressões.

Corrigi-las pode ser um abuso que afete e comprometa a sensibilidade imanente a todas elas.

Os nossos modos de dizer são diferentes e legítimos e, o que é melhor, são imediatos e conservam, pois, o perfume do espírito que os dita”<sup>3</sup>.

Temos, assim, no testemunho de João Ribeiro, uma defesa da língua brasileira nacional como marca da independência do povo brasileiro: uma exaltação à alma e ao espírito brasileiros, libertos, via língua, das amarras que os prendiam ao reino português. Se é veemente e exacerbada a glorificação da língua brasileira nacional defendida por Ribeiro, não menos veemente e exacerbado é o depoimento de José Pedro Machado em *O português do Brasil*<sup>4</sup>.

<sup>1</sup> CÂMARA JUNIOR, J. Mattoso, 1976. *História e estrutura da língua portuguesa*. 2.ed. Rio de Janeiro, Padrão - Livraria Editora, p.30-1.

<sup>2</sup> RIBEIRO, João. 1933. *A língua nacional. Notas aproveitáveis*. 2.ed. São Paulo, Companhia Editora Nacional.

<sup>3</sup> Op. cit., nota 2, p. 8-10

<sup>4</sup> MACHADO, José Pedro. (s.d.) *O português do Brasil*. Coimbra, Coimbra Editora (Coleção Universitas).

Este texto que ora leremos foi escrito como uma resposta indignada a um pronunciamento do poeta Cassiano Ricardo, lido a 30 de janeiro de 1941, frente à Academia Brasileira de Letras, intitulado “A Academia e a língua brasileira”, partes do qual aparecem transcritas no livro de Machado e que retomaremos para melhor explicitar a posição “lusitana” do último. Em primeiro lugar, pois, as palavras de Cassiano Ricardo:

“A glória de Portugal nada tem que ver com a língua falada pelo povo brasileiro. Muito ao contrário, é na língua falada pelo brasileiro que melhor havemos de celebrar a glória de Portugal. (...)”

Se os filólogos portugueses são os primeiros a reconhecer, com absoluta lealdade, que falamos um dialecto do português e, portanto, uma língua que se destacou de sua origem peninsular, não poderemos nós ser mais realistas do que o rei, ou, no caso, do que os reis da lingüística portuguesa. (...)

Glorifiquemos, assim, as duas línguas e não somente a portuguesa, criando direitos e obrigações recíprocas.

Não é possível anular o fenômeno lingüístico no Brasil; muito menos transigir num assunto que tanto interessa à formação nacional”<sup>5</sup>.

E, em seguida, o depoimento de Machado:

“Não foi pequeno o eco do discurso do Sr. Cassiano Ricardo. Os jornais publicaram-no integralmente e até o *Estado de São Paulo* procedeu a um inquérito entre alguns publicistas e intelectuais brasileiros.

Como tem sucedido várias vezes, também aqui as opiniões se dividiram: para um lado os defensores do *idioma brasileiro*, para o outro os seus adversários.

Infelizmente não se lembraram de tomar aquela atitude (...) que, afinal, parece tão evidente, tão lógica, que muito surpreende não ter sido a adotada: em vez de se ouvirem pessoas, com certeza distintas nas suas especialidades, mas pouco versadas nesta, por que não se pediu a opinião dos filólogos? (...)

O facto de não considerar *língua brasileira*, mas dialectos brasileiros, não quer dizer que eu ponha em dúvida a justiça da independência

<sup>5</sup> Op. cit., nota 4, p. 22-3.

brasileira (o que seria estupidamente absurdo), nem tão-pouco ofender os brios patrióticos dos nossos irmãos de além-Atlântico.

Devemos, no entanto, afastar todos os sentimentos para alcançar um objecto que, sem essa medida prévia, aparecerá diante dos nossos olhos rodeado de espessas névoas ou deturpado. (...)

Eu sou da opinião de Sílvio Elia: ‘A fuga para a Europa ou o recolhimento na taba do índio são duas soluções cômodas, mas em desacordo com o ser nacional’”<sup>6</sup>.

O texto de Machado fala por si mesmo. O posicionamento que o autor assume em torno de uma política lusitana da língua portuguesa ecoa em cada passagem, embora ele procure enfatizar o poder decisório dos filólogos que poria fim a discursos, como o proferido pelo poeta. E é justamente em um breve comentário sobre Cassiano Ricardo, em nota de rodapé, ..., que Machado mais fortemente revela seu descaso pelos que apregoam a existência de uma língua brasileira nacional individuada. Assim se expressa o autor nessa nota de pé de página:

“Lembro que o nome do ilustre acadêmico não é, nem pode ser, desconhecido. Trata-se de um poeta, cuja glória foi coroada com aquele admirável *Martim Cererê*, dedicado ao Brasil-menino. Nessas páginas, ao lado da simplicidade tão bela, aparece-nos um português razoável.

Por isso, ocorre perguntar: *Por que não emprega o delicado poeta nas suas obras uma língua absolutamente diferente da minha?*

*Além de justificar a existência do ‘dialecto dignificado’, tornava-se coerente com o teor do discurso feito na Academia Brasileira’.* (Ênfase acrescida pelo autor.)

Temos, pois, ... quatro diferentes posições sobre a questão da língua nacional.”

F. T. *Tempos Lingüísticos:  
itinerário histórico da língua portuguesa.*

<sup>6</sup> Op. cit., nota 4, p. 23-8.

Elabore o resumo do Texto nº 3, com extensão de 200 a 250 palavras (valor: 40 pontos).

Desenvolva o tema que se segue em dissertação de 450 a 600 palavras (valor: 60 pontos): Nacionalismo e globalização: o papel da cultura e a política do idioma.

### Exemplo de resumo

#### Maximiliano Barbosa Fraga (40/40)

No texto "Português do Brasil VERSUS português de Portugal: as querelas", da obra *Tempos Lingüísticos: itinerário histórico da língua portuguesa*, F.T. faz um relato das opiniões de quatro escritores sobre a questão de haver uma ou duas línguas portuguesas.

F.T. considera a opinião de Câmara Júnior objetiva e neutra. Câmara Júnior - lembra o autor - explica as diferenças de língua padrão entre Brasil e Portugal com base na evolução natural da língua em territórios geográficos distintos e separados. Câmara Júnior, cita F.T., destaca que o português popular e dialetal do Brasil, por seu turno, pode ter sofrido a ação de substratos indígenas e africanos na estrutura fonológica e gramatical.

Em seguida, F.T. destaca o caráter apaixonado do posicionamento de João Ribeiro. Este, conforme F.T., assevera as diferenças regionais existentes entre Brasil e Portugal e a necessidade de haver estilo e método diversos entre a língua dos dois países. Ribeiro, aponta F.T., defende uma língua brasileira nacional como característica de independência do povo brasileiro.

F.T. assinala as discrepâncias de opinião existentes entre José Pedro Machado e Cassiano Ricardo. Cassiano - aponta F.T. - salienta a existência de duas línguas, citando o fato de que os próprios portugueses consideram que os brasileiros falam um dialeto do português peninsular. Machado - menciona F.T. - defende consulta aos filólogos sobre o tema e posiciona-se contra a existência de língua brasileira nacional

*individuada, assinalando que a língua usada por Cassiano Ricardo não é absolutamente diferente daquela por ele empregada.*

### Exemplo de redação

#### Giuliana Sampaio Ciccu (49/60)

*A cultura é o principal elemento em que se baseia o conceito de nação. Profundamente arraigada nas diversas sociedades, cada cultura tem condições de manter sua individualidade, a despeito do intercâmbio progressivamente maior entre os países, decorrente do processo de globalização. O Estado tem um papel a cumprir para assegurar esta permanência: cabe a ele providenciar acesso à educação e incentivar as manifestações culturais genuínas do povo.*

*Desde as unificações italiana e alemã, alguns fatores têm sido considerados fundamentais para que um Estado possa ser propriamente considerado como tal. Somente quando há entre o povo um nível mínimo de homogeneidade poderá haver estabilidade suficiente para que a unidade política se mantenha. Assim, história, religião, raça e, em especial, língua comuns são indispensáveis para que surja um sentimento de identidade que caracterize e particularize uma nação. A história fornece várias evidências da fragilidade de um Estado constituído na ausência de um substrato cultural comum. A antiga Iugoslávia, por exemplo, esfacelou-se logo após o fim do regime comunista do Marechal Tito, que mantinha o país unido por meio da força. A fragmentação observada ocorreu sobretudo em virtude das diferenças religiosas e culturais entre os povos que habitavam aquele território.*

*A identidade cultural é, portanto, essencial para a vida do Estado. Com o fim da Guerra Fria, acelerou-se o processo de globalização, tanto nos planos econômico e político quanto no âmbito cultural. No Brasil, a influência estrangeira começou a evidenciar-se de maneira mais pronunciada, principalmente no que diz respeito à presença da língua inglesa. Vocábulos ingleses passaram a ser utilizados, mesmo quando há termos correspondentes na língua nacional.*

*Tal influência, embora não configure ameaça à cultura brasileira, não pode tampouco ser considerada positiva. Alguns países, como a França, adotaram métodos legais para pôr fim à tendência, elaborando lei que proíbe o uso do inglês em diversas ocasiões. Esta, porém, não parece ser a solução mais adequada para o problema.*

*O melhor caminho para garantir a unidade cultural é a educação. Um povo que conheça suas tradições e sua história certamente encontrará motivos para se orgulhar do patrimônio que herdou e não sentirá necessidade de adotar ou imitar outras culturas. Permitirá somente o intercâmbio natural, com mútuas influências, que caracteriza uma cultura viva.*

*Estabelecer contatos permanentes com povos de cultura semelhante é igualmente importante para estimular a consciência cultural de cada povo. Desse modo, a criação da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, reunindo os sete países lusófonos do mundo, representa iniciativa de grande relevância e deve ser prioritária no plano da política do idioma. Não se trata de anular o que há de específico no português falado na Europa, América e África, mas de ressaltar significativo traço cultural que aproxima os diversos países.*

*Não há motivos, portanto, para temer os efeitos da globalização sobre a cultura nacional. Desde que o Estado contribua de modo eficaz para estimular a consciência cultural do povo, esta tende a manter-se, ainda que haja intensos contatos com outras culturas.*

### **Orientação para estudo**

No exame de português, afere-se a capacidade que o candidato possui de entender, isto é, de ler, de compreender e de criticar textos escritos pertencentes às diversas variedades da língua portuguesa, de modo a produzir um resumo e uma redação com objetividade, clareza, precisão e concisão, de acordo com os padrões da norma culta do idioma.

A prova implica o recurso progressivo às chamadas capacidades cognitivas do indivíduo. Isso significa que é necessário apreender, compreender e analisar os textos selecionados pela Banca Examinadora, por meio das etapas de leitura exploratória, informativa e seletiva, que constituem a

intelecção dos textos. Em seguida, deve-se aplicar o que foi lido às experiências pessoais, quando se levam em conta aspectos como o interdiscurso, ou seja, a relação entre as várias situações de comunicação de que participa o indivíduo, e a intertextualidade - a relação entre todos os textos que o candidato já leu, incluindo os apresentados na prova. Só então o candidato estará preparado para sintetizar o que leu e produzir o resumo.

Na elaboração do resumo, é conveniente que o candidato trate a questão como se fora uma notícia sobre o assunto, dando-lhe estrutura em parágrafos, no primeiro dos quais o texto do resumo é contextualizado em relação ao texto ou textos originais: nele indicam-se o tema geral, os autores, as fontes bibliográficas e demais circunstâncias relevantes.

O gênero do resumo é o da prosa expositiva; o resumo de uma narrativa ou de um poema, por exemplo, não deve ser redigido nestes gêneros, mas em forma de relato ou de descrição do assunto ou fato. Além disso, o resumo não pode incluir dados ou interpretações que não constem nos originais. Cabe recordar que resumo não é paráfrase. Deve conter o que é essencial e omitir o que é acessório ou secundário. Finalmente, o resumo deverá ter extensão correspondente a um quarto do texto ou textos originais.

A capacidade de avaliação e, por último, a criatividade são requisitos para a redação sobre o tema proposto, ponto de culminância do complexo processo de domínio da língua escrita, no nível exigido pelo Concurso.

Embora não se imponha preferência de estilo na redação, o candidato escreverá um pequeno ensaio, no qual deverá revelar, de modo pertinente e adequado, conhecimentos sobre o tema e desenvolvimento de pensamento crítico, o que necessariamente inclui opiniões pessoais fundamentadas no raciocínio lógico. As idéias identificadas nos textos transcritos na prova devem funcionar como elementos motivadores da produção textual.

Tanto no resumo como na redação, o candidato deverá evidenciar pleno domínio da modalidade culta da língua portuguesa.

## INGLÊS

A prova escrita de inglês constará de duas partes: redação sobre tema de ordem geral, com a extensão de 400 a 500 palavras (valor de 60 pontos), e versão de um ou mais textos (valor de 40 pontos).

### Bibliografia:

1. For vocabulary and general information, three weekly magazines are readily available in most large Brazilian towns:

*Time Magazine;*

*Newsweek;*

*The Economist.*

Since articles in these magazines frequently cover the same topics as Brazilian magazines such as *Isto É*, *Veja*, and *Exame*, prospective candidates may find it helpful to compare texts on similar issues.

2. Basic reference works:

2.1. English dictionaries:

*The Longman Dictionary of Contemporary English*, Longman, London.

*The Oxford Advanced Learner's Dictionary of Current English*, Oxford University Press, Oxford.

*The Concise Oxford Dictionary*, Oxford University Press, Oxford.

*Webster's Collegiate Dictionary.*

*The Random House College Dictionary*, Random House, New York.

*Language Activator*, Longman, London.

*Roget's Thesaurus*, Longman, London.

2.2. Translation dictionaries:

HOUAISS, A. *Dicionário Inglês-Português*, Record, Rio de Janeiro.

TAYLOR, J.L. *Portuguese-English Dictionary*, Record, Rio de Janeiro.

*Novo Michaelis: Inglês-Português, Português-Inglês*, Melhoramentos, São Paulo.

2.3. Grammar & Usage:

FRANK, M. *Modern English*, Englewood-Cliffs, Prentice Hall [Plus the useful accompanying exercise books].

SANTOS, Agenor Soares dos. *Guia Prático da Tradução Inglesa*, Cultrix, São Paulo.

SWAN, M. *A Practical English Usage*, Oxford University Press, Oxford.

THOMPSON, A.J. & MARTINET, A. V. *A Practical English Grammar*, Oxford University Press, Oxford.

*Comprehensive Grammar of the English Language*, Longman, London.

3. Larger reference works:

*Oxford English Dictionary*, Oxford University Press, Oxford.

*Webster's Third International Dictionary.*

*The Random House Dictionary of the English Language*, Random House Inc., New York.

### Temas de redação de concursos anteriores

1992

Negotiation has been defined as a form of interaction through which individuals, organizations and governments explicitly try to arrange (or pretend to do so) a new combination of their common and conflicting interests.

Write a dissertation on negotiation, highlighting its role in diplomacy.

1993

“Science is the search for truth - it is not a game in which one tries to beat his opponent, to do harm to others. We need to have the spirit of science in international affairs, to make the conduct of international affairs the effort to find the right solution, the just solution of international problems, not the effort by each nation to get the better of other nations, to do harm to them when it is possible.”

(Linus Carl Pauling)

1994

“Two cheers for democracy: one because it admits variety and two because it permits criticism”.

1995

“When I am abroad, I always make it a rule never to criticise or attack the government of my own country. I make up for lost time when I come back.”

1996

“Colonies do not cease to be colonies because they are independent”.  
Benjamin Disraeli.

### Exemplo de prova (concurso de 1997)

1. Analyze the following statement in the light of 20th century history:

“Arms alone are not enough to keep the peace. It must be kept by men. The mere absence of war is not peace.” John F. Kennedy

### Exemplo de redação

**Caio Mário Renault (55/60)**

*The statement of former American president John Kennedy mentions two of the most common means of solving conflicts in the*

*twentieth century: brute force and diplomacy. These two opposing ways of dealing with delicate international situations often lead to two opposing results: confrontation or accommodation. But the absence of armed confrontation should not be mistaken for genuine peace. A state of tension may still remain and war may only have been postponed.*

*It has been frequently remarked that the first casualty of war is diplomacy. War can only be regarded as the complete failure of diplomacy. And when diplomacy fails, arms step in, seldom as a deterrent to war, often as a catalyst, as twentieth century history has demonstrated time and time again.*

*The early years of the twentieth century gave us the first example of how to make war inevitable. European powers, in the naïve belief that they were striving for security, concocted an elaborate web of offensive and defensive treaties, secret agreements, plots and deception. Heavily armed as they were, they could not prevent war, and blindly marched to their doom in World War I.*

*World War II is considered by most historians as the second act in a two-act tragedy, the period between them being only an intermission and not actual peace. Again, a combination of heavy armament and poor diplomacy resulted catastrophic for humanity.*

*After so many years of bloodshed, it was only reasonable to expect that the nations would not engage in such deadly adventures, ever again. But it seems that reason did not want to get involved in international matters in those days. Instead, the end of World War II gave birth to a new type of war: the so-called Cold War, a state of permanent tension between the two most powerful and thoroughly armed countries on the planet. This time, however, diplomacy was able to play a major part in avoiding direct confrontation. The role of diplomacy was of utmost importance during the Cuban missiles crisis, which brought the world to the verge of destruction. Only the intense diplomatic efforts on both sides managed to prevent the use of nuclear weapons at that time.*

*Kennedy's statement leads us to the notion that war cannot be prevented with the very tools used to promote it. The tools to keep peace are to be found in diplomacy. It is through diplomacy that men*

*shall be able to solve the conflicts and ease the tension between nations, thus making it unnecessary to use weapons and providing authentic, long-lasting peace.*

2. Translate the following texts into English:

Quando se fala em vegetação no Brasil, as atenções sempre se voltam para a exuberância da Floresta Amazônica, ou para as manchas ainda preservadas da Mata Atlântica, onde sobrevivem espécies raras de animais e plantas. Mas é no interior do país, especialmente na região centro-oeste, onde as novas fronteiras agrícolas avançam em ritmo acelerado, que se encontra um ecossistema ainda pouco pesquisado, que com seu perfil singelo abriga flora e fauna extremamente ricas: o cerrado. Nos últimos anos, estas áreas passaram a merecer atenção especial dos governos estaduais e instituições de pesquisa.

A capital do país cresceu a partir do final da década de 50 em pleno coração do cerrado. Quando os pioneiros chegaram à região do Distrito Federal, a ordem era ocupar os espaços vazios, para que surgisse a nova capital. Os tratores rasgaram a vegetação rasteira, derrubando árvores retorcidas, desnudando as margens dos rios e córregos. Brasília surgiu imponente em poucos anos. Mas estes gestos épicos de desbravamento em pleno século XX redundaram num alto preço para as áreas de cerrado.

Corrigir distorções no planejamento de ocupação e, principalmente, rever posições equivocadas sobre o cerrado, visto até pouco tempo como uma vegetação pobre e sem valor enquanto ecossistema pela maioria das pessoas, tem sido um desafio para governos e estudiosos. As novas gerações de candangos, cada vez mais distantes da saga vivida pelos pais que ajudaram a construir a cidade de 34 anos, aprenderam intuitivamente a amar a vegetação rala e de galhos contorcidos. E passaram a cobrar a proteção desse patrimônio de importância ímpar. O cerrado, para quem acompanha seu ciclo anual, representa um milagre renovado a cada início de temporada de chuva.

[A partir de um texto do Governo Federal na Internet]

A viagem era longa pela estrada de terra, a floresta quase fechando o caminho. Mário, dirigindo o carro, começou a correr. Tom, a seu lado, ia ficando cada vez mais tenso. Subitamente, alguma coisa aconteceu. Sentiu que dentro dele tudo se relaxava. Olhava o farol iluminando o barranco vermelho, uma árvore debruçada no caminho, as estrelas que brilhavam congeladas no céu azul-marinho. De repente não havia mais separação entre ele e tudo que o cercava. Ele era tudo — a luz do farol, o barranco iluminado, a árvore, as longínquas estrelas — e tudo era ele. Nesse momento cessou o medo. Todo e qualquer medo cessou em seu corpo e em seu espírito. Não havia mais o temor da morte, porque não havia morte. Ele estava em todas as coisas — mais do que isso, ele era todas as coisas. E continuaria sendo para sempre.

Helena Jobim, *Antonio Carlos Jobim, um homem iluminado*

**Exemplo de versão**

**Ana Patrícia Neves Tanaka (33/40)**

*Whenever one speaks of vegetation in Brazil, all eyes always fall on the exuberance of the Amazon Rainforest or on the still preserved patches of the Atlantic Jungle, where rare species of animals and plants survive. But it is in the interior of the country, especially in the midwestern region, where new agricultural frontiers advance at a rapid pace, that one finds an ecosystem still relatively unresearched, which, with its plain appearance, houses extremely rich flora and fauna: the "cerrado" or savannah. Over the past few years, these areas have come to deserve special attention from state governments and research institutions.*

*The country's capital grew in the heart of the savannah ever since the late 1950s. When the pioneers reached the region of the Federal District, the order was to occupy empty spaces so that the new capital might emerge. Tractors ripped through the scrub vegetation, overturning convulsed trees, laying bare the banks of rivers and streams. Brasília sprang up in grandiose form within a few years. But these*

*epic gestures of conquest in the midst of the 20th century resulted in a steep price for the savannah areas to pay.*

*To correct distortions in the occupation planning and, most of all, to review misconceptions about the savannah - regarded until recently by people as poor, worthless vegetation, as far as an ecosystem was concerned - has been a challenge to governments and scholars. The new generation of "candangos" (natives of Brasília), ever farther from the saga experienced by their parents who helped build the 34-year old city, learned intuitively to love the sparse vegetation, with its contorted branches. They also began to demand the protection of this uniquely important treasure. The savannah, for those who accompany its annual cycle, embodies a miracle reborn with each new rainy season. (Extracted from a text placed on the internet by the Federal Government)*

*The trip on the unpaved road was long, the forest almost blocking the path. Mario, who was driving the car, began to race. Tom, by his side, grew ever more tense. Suddenly, something happened. He felt that within him everything was relaxing. He looked out at the headlights which cast light upon the red earth, at a tree lying on the path, at the stars which shine, frozen, in the deep blue sky. All of a sudden, there was no longer any difference among everything that surrounded him. He was everything - the glare of the headlights, illuminated earth, the tree, the faraway stars - and everything was him. In that moment the fear subsided. Any and all fear ceased within his body and his soul. There was no longer the fear of death, for death was no more. He was in everything - more than that, he was everything. And thus he would forever be.*

*Helena Jobim; Antonio Carlos Jobim, an illuminated man.*

### **Orientação para estudo**

#### **- Composition**

The examiners expect advanced knowledge of English and an ability to put it to effective use in a well-planned composition. There are 60 marks

for the composition, allocated as follows:

Grammatical accuracy (30 marks): Here the examiners assess the correctness of the writing. One mark is deducted for each serious mistake and half a mark for each minor slip (including punctuation) or spelling mistake. Candidates scoring zero in this section through weak command of English will normally score zero for the entire composition.

Plan and development of ideas (15 marks): There are three main considerations here:

- 1) the candidate's ability to think clearly and express himself logically in English;
- 2) the relevance of ideas to the subject of the composition; and
- 3) appropriate paragraphing.

Candidates should aim to make their composition as interesting as possible. Although the examiners cannot demand novel ideas as one of their main criteria, they are likely to be favourably impressed by genuine originality. Passages which appear to have been learnt by heart purely for the purpose of the examination may well be penalized.

Quality of language (15 marks): Marks are awarded under this item on a positive basis for items of good idiomatic English, sophisticated constructions and a display of broad-ranging vocabulary.

Candidates who merely write correct English at a very elementary level may score zero in this section.

#### **- Translation**

The examiners are looking for a correct, natural rendition in English of a text in Portuguese, points being deducted for both grammatical errors and bad style, should the latter interfere with the reading of the text.

### **Prova oral Guidelines**

The Oral Exam consists of an interview in which the candidate is examined on a text distributed and prepared shortly beforehand. As part of

the exam, the candidate is required to make an oral summary of the text **in his own words**. The summary should take only **one or two minutes** and demonstrate the candidate's comprehension of the text, grasp of the subject and capacity to distinguish between main features and details. The summary is to be made without direct reference to the text. Although candidates may make notes as an *aide-mémoire*, they are strongly recommended not simply to read from them. The marks for the orals will be allocated as follows:

<b>I - FLUENCY</b>	Pronunciation & Diction	15
	Ability to Communicate	15
	<b>Subtotal:</b>	<b>30</b>
<b>II - LANGUAGE</b>	Grammar & Usage	20
	Quality of Language	10
	<b>Subtotal:</b>	<b>30</b>
<b>III - CONTENT</b>	Ability to Discuss Topic	20
	Comprehension of Text	10
	Summary	10
	<b>Subtotal:</b>	<b>40</b>
	<b>TOTAL:</b>	<b>100</b>

### Orientação para o exame oral

At the oral examination, candidates are assessed on diction, pronunciation, fluency, grammatical accuracy, vocabulary, and ability to comprehend the text and discuss the topics, and communicate.

## QUESTÕES INTERNACIONAIS CONTEMPORÂNEAS

A prova é oral e tem por objetivo verificar o conhecimento dos antecedentes e da atualidade dos temas internacionais correntes.

A Banca Examinadora valorizará particularmente o tratamento que ressalte os interesses e a visão brasileiros em relação aos temas.

Na arguição, será igualmente avaliada a capacidade do candidato de analisar, organizar e expor o tema. A estrutura da exposição, a articulação e a apresentação pessoal do candidato serão tomadas em conta na aferição da nota.

O candidato sorteará três pontos e terá 15 (quinze) minutos para escolher e preparar sua exposição sobre um deles. A exposição deverá ser de 10 (dez) minutos, seguida de perguntas da Banca Examinadora sobre o tema sorteado.

### Exemplos de temas para a prova oral

Os tópicos listados abaixo são apenas exemplificativos. O candidato deve estar preparado para discorrer sobre quaisquer fatos ou fenômenos relevantes da atualidade internacional. Para tanto, é recomendável a leitura habitual de jornais e periódicos. O conhecimento jornalístico dos temas não é, porém, suficiente. A preparação para a prova demanda leitura refletida de obras de especialistas em matéria de relações internacionais, bem como de documentos e textos oficiais de política externa, incluindo discursos, pronunciamentos e conferências de autoridades brasileiras.

Cada um dos temas mencionados a seguir deve ser relacionado com os interesses brasileiros no assunto.

1. O cenário mundial pós-Guerra Fria. Repercussões nos domínios da política, da economia e dos valores.
2. A globalização e a regionalização.

3. A agenda social das Nações Unidas. Os novos temas globais.
4. O meio ambiente e o desenvolvimento sustentável.
5. Desarmamento, não-proliferação e acesso a tecnologias sensíveis.
6. O entorno regional. Aspectos políticos e econômicos da integração.
7. O processo de consolidação do MERCOSUL: ampliação, relacionamento com a UE e o NAFTA.
8. A integração hemisférica.
9. Vínculos entre comércio, direitos do trabalhador e medidas ambientais.
10. Os temas econômicos centrais da política externa do Governo Fernando Henrique Cardoso.
11. A OMC e a operacionalização dos resultados da Rodada Uruguai.
12. Relação entre dívida externa, comércio internacional e investimentos estrangeiros.
13. Eficácia e legalidade das sanções internacionais como instrumento de política externa.
14. As relações com os EUA.
15. As relações com a UE.
16. As relações bilaterais com o Japão.
17. As relações com a Argentina.
18. As relações com a Ásia-Pacífico.
19. Os países continentais: China, Índia e Rússia.
20. As relações com a África.
21. O processo de paz no Oriente Médio.
22. As relações com os países desenvolvidos: o caso da OCDE.
23. As relações com os países em desenvolvimento: a UNCTAD.
24. A reforma das Nações Unidas.
25. Os foros políticos e econômicos de consulta e concertação: o Grupo do Rio, o Grupo dos 15, a Conferência Ibero-Americana, a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa.
26. A proteção e a assistência aos cidadãos brasileiros no exterior: a diplomacia consular.
27. As migrações e suas repercussões nas relações internacionais.
28. A diplomacia presidencial.
29. A diplomacia pública. Cidadania e política externa.
30. A diplomacia federativa.

## Bibliografia

### a) Livros<sup>1</sup>:

- ARON, Raymond. *Guerra e Paz entre as Nações*, Editora da UNB, Brasília, 1983.
- FONSECA Jr., Gelson e Carneiro Leão, Valdemar (orgs.). *Temas de Política Externa Brasileira*, FUNAG/Ed. Ática, Brasília, 1989.
- FONSECA Jr., Gelson e Nabuco de Castro, Sérgio (orgs.). *Temas de Política Externa Brasileira II* (2 vol.), FUNAG/ Paz e Terra, Brasília, 1994.
- HOBBSBAWM, Eric. *A Era dos Extremos*, Cia das Letras, São Paulo, 1995.
- KISSINGER, Henry. *Diplomacy*, Simon & Schuster, London-New York, 94.
- MAGNOLI, Demétrio. *Manual do Candidato - Questões Internacionais Contemporâneas*, FUNAG, Brasília, 1995.
- MORGENTHAU, Hans J. *Politics among Nations: The Struggle for Power and Peace*, Alfred Knopf, New York.
- RICUPERO, Rubens. *Visões do Brasil: ensaio sobre a história e a inserção internacional do Brasil*, Rio de Janeiro, Record, 1995.
- SEIXAS CORREIA, Luiz Felipe de (organizador, autor do prefácio e dos comentários). *A Palavra do Brasil nas Nações Unidas (1946-1995)*, FUNAG, Brasília, 1995.
- WEISS, Th. G., Forsythe, D.P., e Coate, R. A. *The United Nations and Changing World Politics*, Westview Press, Boulder/San Francisco-Oxford, 1994.

### b) Artigos

- BARBOSA, Rubens Antonio. "O Brasil e suas opções internacionais", in *Política Externa*, vol.3, n.º 3, 1994-1995.

<sup>1</sup> As publicações do IPRI/ FUNAG podem ser adquiridas (inclusive por via postal) no seguinte endereço:

Fundação Alexandre de Gusmão  
Ministério das Relações Exteriores  
Anexo 2 - Térreo  
70170-900 Brasília, DF

FONSECA Jr., Gelson. "Aspectos da teoria das relações internacionais",  
in *Política Externa*, vol.3, n.º 3, 1994-1995.

### Bibliografia sugerida:

Além da bibliografia acima identificada, sugere-se a leitura de:

- livros de alguns diplomatas que, como resultado de suas experiências no exercício de altas funções na Secretaria de Estado das Relações Exteriores, consagraram sua visão da diplomacia e de períodos da política externa brasileira:

BARBOSA, Mario Gibson Alves. *Na Diplomacia, o traço da vida*, Record, RJ, 1992.

CORRÊA Jr., Manoel Pio. *O mundo em que vivi*, Expressão e Cultura, RJ, 1996.

GUERREIRO, Ramiro Saraiva. *Lembranças de um empregado do Itamaraty*, Siciliano, SP, 1992.

LIMA, Paulo Tarso Flecha de. *Caminhos Diplomáticos, 10 anos de agenda internacional (1985-1995)*, Francisco Alves, RJ, 1997.

- publicações do IPRI/FUNAG na *Coleção Política Externa* e os *Cadernos do IPRI* (Instituto de Pesquisas em Relações Internacionais);

- periódicos especializados em relações internacionais, notadamente as revistas *Foreign Affairs* e *Política Externa* (Paz e Terra, São Paulo). Outras publicações recomendadas: *Le Monde Diplomatique*, *Carta Internacional* (USP/FINEP/FUNAG, São Paulo), *Contexto Internacional*.

Sugere-se, ainda, a leitura da *Resenha de Política Exterior do Brasil*, publicação trimestral do Centro de Documentação do Ministério das Relações Exteriores, na qual estão consignados atos internacionais, discursos, comunicados conjuntos e outros documentos oficiais. A resenha é encontrada em bibliotecas públicas e universitárias.

Alguns dos títulos sugeridos na bibliografia não têm tradução para o português. A revista *Foreign Affairs* publica anúncios de serviços especializados no envio de livros (de quaisquer editores) a todas as partes do mundo.

## HISTÓRIA

A prova de História constará de 5 (cinco) dissertações, de curta extensão, três das quais tratarão do Brasil.

### A) HISTÓRIA DO BRASIL

#### Programa:

1. A independência e seus antecedentes: a situação política européia e a transferência da Corte Portuguesa para o Brasil. A influência das idéias liberais e suas principais manifestações. O Brasil, sede da Monarquia Portuguesa: problemas econômicos, sociais e administrativos. A política externa. O Constitucionalismo português e a Independência do Brasil.
2. O Brasil Imperial - Política e Administração: a Constituição de 1824. A evolução dos partidos políticos. Os movimentos políticos e suas influências sócio-econômicas.
3. O Brasil Imperial - Economia: a estrutura econômica. A política econômico-financeira do Império até 1844. O protecionismo alfandegário e suas conseqüências. A mão-de-obra: o braço escravo, o trabalhador assalariado.
4. O Brasil Imperial - Sociedade e Cultura: a população. A estrutura social. Vida cultural.
5. O Brasil Imperial - Política Externa: o reconhecimento da independência. Os problemas platinos. As fronteiras. Questões com a Inglaterra.
6. O advento da República: as crises no fim do Império. A questão religiosa, as questões militares e a abolição da escravatura. O Partido Republicano: suas idéias e ações. O Positivismo.
7. O Brasil Republicano - Política e Administração:
  - a) A Primeira República (1889-1930) - O Governo provisório. A Constituição de 1891. A Emenda Constitucional de 1926. A Revolução de 1930.

b) A Segunda República (a partir de 1930) - O Constitucionalismo de 1932. A Constituição de 1934. O Estado Novo e a Constituição de 1937. A redemocratização e a Constituição de 1946. A Constituição de 1967. A Constituição de 1988.

8. O Brasil Republicano - Economia:

a) A Primeira República (1889-1930) - A Estrutura econômico-financeira, as heranças imperiais e as modificações trazidas pela Primeira República. A crise de 1929 e suas consequências.

b) A Segunda República (a partir de 1930) - A industrialização. A política de desenvolvimento após a Segunda Guerra Mundial.

9. O Brasil Republicano - Sociedade e cultura: a população, a expansão demográfica, a imigração e a colonização, as migrações internas e a urbanização. A estrutura social. A legislação trabalhista. Aspectos da cultura do período.

10. O Brasil Republicano - Política Externa:

a) A Primeira República (1889-1930) - o reconhecimento da República e os problemas diplomáticos até 1898. A obra do Barão do Rio Branco. O Brasil e o Pan-americanismo. A Primeira Guerra Mundial e o Brasil na Liga das Nações.

b) A Segunda República (a partir de 1930) - a política externa do Brasil. A Segunda Guerra Mundial. O Brasil e a ONU. O Brasil e a OEA.

11. Transformações na formação social brasileira a partir dos anos 60:

a) A conjuntura que precedeu 64 e as alterações decorrentes da mobilização político-militar.

b) O período 1964-1985. Os governos militares. Sociedade e política. O modelo tecnoburocrático capitalista e as diretrizes econômicas. Os atos institucionais. A ideologia da Segurança Nacional. Os aspectos da cultura do período.

## B) HISTÓRIA MUNDIAL CONTEMPORÂNEA

### Programa:

#### 1. Estruturas e idéias econômicas

Da Revolução Industrial ao capitalismo organizado: séculos XVIII a XX. Características gerais e principais fases do desenvolvimento capitalista

(desde aproximadamente 1780). Principais idéias econômicas: da fisiocracia ao liberalismo. Marxismo. As crises e os mecanismos anti-crise: a Crise de 1929 e o "New Deal". A prosperidade no segundo pós-guerra. O "Welfare State" e sua crise. O Pós-Fordismo e a acumulação flexível.

#### 2. Revoluções

As revoluções burguesas. Processos de independência na América. Conceitos e características gerais das revoluções contemporâneas. Movimentos operários: luditas, cartistas e "Trade Unions". Anarquismo. Socialismo. Revoluções no século XX: Rússia e China. Movimentos revolucionários na América Latina: os casos do México e de Cuba.

#### 3. As Relações internacionais

Modelos e interpretações. O Concerto Europeu e sua crise (1815-1918): do Congresso de Viena à Santa Aliança e à Quádrupla Aliança, os pontos de ruptura, os sistemas de Bismarck, as Alianças e a diplomacia secreta. As rivalidades coloniais. A Questão balcânica (incluindo antecedentes e desenvolvimento recente). Causas da Primeira Guerra Mundial. Os 14 pontos de Wilson. A Paz de Versalhes e a ordem mundial resultante (1919-1939). A Liga das Nações. A "teoria dos dois campos" e a coexistência pacífica. As causas da Segunda Guerra Mundial. As conferências de Moscou, Teerã, Ialta, Potsdam e São Francisco e a ordem mundial decorrente. Bretton Woods. O Plano Marshall. A Organização das Nações Unidas. A Guerra Fria: a noção de bipolaridade (de Truman a Nixon). Os conflitos localizados. A "détente". A "segunda Guerra Fria" (Reagan-Bush). A crise e a desagregação do bloco soviético.

#### 4. Colonialismo, imperialismo, políticas de dominação

O fim do colonialismo do Antigo Regime. A nova expansão européia. Os debates acerca da natureza do Imperialismo. A partilha da África e da Ásia. O processo de dominação e a reação na Índia, China e Japão. A descolonização. A Conferência de Bandung. O Não-Alinhamento. O conceito de Terceiro Mundo.

#### 5. A evolução política e econômica nas Américas

A expansão territorial nos EUA. A Guerra de Secessão. A constituição das identidades nacionais e dos Estados na América Latina. A doutrina Monroe e sua aplicação. A política externa dos EUA na América Latina. O Pan-Americanismo. A OEA e o Tratado do Rio de Janeiro.

## 6. Idéias e regimes políticos

Grandes correntes ideológicas da política no século XIX: liberalismo e nacionalismo. A construção dos Estados nacionais: a Alemanha e a Itália. Grandes correntes ideológicas da política no século XX: democracia, fascismo, comunismo. Ditaduras e regimes fascistas. O novo nacionalismo e a questão do fundamentalismo contemporâneo.

## 7. A vida cultural

O movimento romântico. A cultura do imperialismo. As vanguardas européias. O modernismo.

### Bibliografia:

#### A) História do Brasil:

- ADORNO, Sérgio. *Os aprendizes do poder. O bacharelismo liberal na política brasileira*, Paz e Terra, Rio, 1988.
- CAMPOS, Flávio e Dohnnikoff, Miriam. *Manual do Candidato - História do Brasil*, FUNAG, Brasília, 1995.
- CARONE, Edgar. *A República Velha*, DIFEL, São Paulo.
- . *A Segunda República*, DIFEL, São Paulo.
- . *A Terceira República (1930-1937)*, DIFEL, São Paulo.
- CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem: a elite imperial*, Campus, Rio, 1980.
- . *Teatro de sombras: a política imperial*, Vértice/IUPERJ, Rio, 1988.
- CERVO, Amado e BUENO, Clodoaldo. *História da Política Exterior do Brasil*, Ática, São Paulo, 1992.
- COSTA, Emília Viotti da. *Da Monarquia à República: momentos decisivos*, Ed. Ciências Humanas, São Paulo, 1979.
- FAORO, Raymundo. *Os Donos do Poder: Formação do Patronato Político Brasileiro*, Globo, Porto Alegre, 1979.
- FAUSTO, Boris. *História do Brasil*, EDUSP/Editora da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1995.
- FERREIRA, Marieta de Moraes. *Em busca da Idade de Ouro*, Ed. da UFRJ/Tempo Brasileiro, RJ, 1994.

- FREYRE, Gilberto. *Casa Grande & Senzala*, Aguilar, Rio de Janeiro, 1977.
- FURTADO, Celso. *Formação Econômica do Brasil*, Cia. Editora Nacional, São Paulo, 1959 (1ª ed.).
- GOMES, Ângela de Castro. *Burguesia e Trabalho; política e legislação social no Brasil 1917-1937*, Campus, RJ, 1979.
- . *A invenção do trabalhismo*, Relume Dumará, RJ, 1994.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. *O Brasil Monárquico: do Império à República*, vol. 5, da *História Geral da Civilização Brasileira*, Difel, São Paulo, 1972.
- e FAUSTO, Boris (org.). *História Geral da Civilização Brasileira*, DIFEL, São Paulo.
- IGLESIAS, Francisco. *Trajetória Política do Brasil*, Cia. das Letras, São Paulo, 1993.
- LENHARO, Alcir. *A sacralização da política*, Papirus, Campinas, 1986.
- LESSA, Renato. *A invenção republicana*. Vértice/IUPERJ, Rio, 1988.
- MATTOS, Ilmar Roholoff de. *O tempo Saquarema*, Hucitec/INL, São Paulo, 1987.
- PRADO JR., Caio. *História Econômica do Brasil*, Brasiliense, São Paulo, 1945 (1ª ed.).
- . *A Formação do Brasil Contemporâneo*, Brasiliense, São Paulo.
- RIDENTI, Marcelo. *O fantasma da revolução brasileira*, EDUNESP, São Paulo, 1993.

#### B) História Mundial Contemporânea:

- ARENDT, Hanna. *Origens do Totalitarismo*, Cia. das Letras, São Paulo, 1989.
- ARRIGHI, Giovanni. *O longo século XX*, EDUNESP, São Paulo, 1996.
- BARRACLOUGH, G. *Introdução à História Contemporânea*, 4a. ed., Zahar, Rio de Janeiro, 1976.
- BERMAN, Marshall. *Tudo que é sólido desmancha no ar*, Cia das Letras, São Paulo, 1986.
- CARDOSO, Fernando Henrique e FALETTO, Enzo. *Desenvolvimento e Dependência na América Latina*, Zahar, Rio de Janeiro, 1970 (1ª edição).

- CASTAÑEDA, Jorge C. *A utopia desarmada*, Cia das Letras, São Paulo, 1993.
- GAY, Peter. *A cultura de Weimar*, Paz e Terra, Rio, 1978.
- GRENVILLE, J. A. S. *A History of the World in the Twentieth Century*, The Belknap Press of Harvard University Press, Cambridge, Mass., 1994.
- HALL, J. A. *Powers and Liberties, the causes and consequences of the rise of the West*, Penguin, London, 1992.
- HALPERIN DONGHI, Tulio. *História da América Latina*, Paz e Terra, São Paulo, 1975.
- HOBSBAWM, Eric. *A Era das Revoluções*, Paz e Terra, São Paulo, 1975.
- . *A Era do Capital*, Paz e Terra, São Paulo, 1977.
- . *A Era dos Impérios*, Paz e Terra, São Paulo, 1988.
- . *Nações e nacionalismo desde 1780*, Paz e Terra, Rio, 1990.
- . *A Era dos Extremos*, Cia. das Letras, SP, 1995.
- JOUVENEL, Bertrand de. *As Origens do Estado Moderno*, Zahar, Rio de Janeiro, 1979.
- MAYER, Arno. *A Força da Tradição*, Cia. das Letras, São Paulo, 1990.
- O'GORMAN, Edmundo. *A invenção da América*, UDENESP, São Paulo, 1992.
- OLIVER, Roland. *A Experiência Africana*, Zahar, Rio de Janeiro, 1994.
- RAMA, Angel. *A cidade das letras*, Brasiliense, São Paulo, 1985.
- SAID, Edward W. *Orientalismo*, Cia das Letras, São Paulo, 1990.
- VAISSE, Maurice. *Les Relations Internationales depuis 1945*, A. Collin, Paris, 1990.
- WALLERSTEIN, Immanuel. *Historical Capitalism*, Verso, London, 1993.

A título de orientação para os candidatos que desejarem aprofundar o conhecimento da matéria, ou que tiverem dificuldade em obter alguma das obras listadas acima e procurarem leitura alternativa, sugerem-se os seguintes livros adicionais:

- BEAUD, Michel. *História do Capitalismo de 1500 a nossos dias*, Brasiliense, São Paulo, 1987.

- BERG, Eugène. *La Politique Internationale depuis 1955*, Economica, Paris.
- JOLL, James. *Europe since 1870*, Penguin Books, London, 1990.
- KAGARLITSKY, Boris. *A Desintegração do Monólito*, UNESP, São Paulo, 1991.
- MORSE, Richard. *O espelho de Próspero*, Cia das Letras, São Paulo, 1988.
- ROBERTS, J. M. *History of the World*, New edition, Penguin, London, 1990.
- PANIKKAR, K.M. *A Dominação Ocidental na Ásia*, Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1977.
- THE NEW CAMBRIDGE MODERN HISTORY (vol. 9 A 12), Cambridge University Press, Cambridge.
- THOMSON, D. *Pequena História do Mundo Contemporâneo*, Zahar, Rio de Janeiro, 1976.
- VIZENTINI, Paulo. *Da Guerra Fria à Crise (1945-1992)*, Editora Universidade, Porto Alegre, 1992.
- . *A Grande Crise*, Vozes, Petrópolis, 1992.

#### Exemplo de prova (Concurso de 1997)

Responda às questões que se seguem (extensão máxima: duas páginas por questão)

1. A implantação da ordem republicana no Brasil implicou paradoxal coexistência de uma ideologia liberal com padrões de comportamento oligárquicos.
  - a) Quais os mecanismos empregados para obter essa singular combinação?
  - b) Indique as tensões sociais geradas no período.

**Otávio Gabriel de Carvalho Santos Briones (15/20)**

*A implantação da ordem republicana no Brasil, a partir de 1889, vivenciou duas etapas bastante distintas, que trouxeram em si mesmas*

as diferentes forças que provocaram a queda da monarquia.

Inicialmente, os militares, sob o comando do Marechal Deodoro da Fonseca e do Marechal Floriano Peixoto, instalaram governos inspirados na ordem positivista de Comte, marcada pela centralização do poder numa república militarista, onde o governante concentra poder no intuito de governar visando apenas ao bem-estar do povo, à ordem e ao progresso, entendido como desenvolvimento técnico, científico e industrial. Aos militares coube a primazia no governo porque foram responsáveis pela implantação da República, apesar do apoio recebido das elites e oligarquias estaduais, porém o povo acompanhou a mudança de governo sem participação ativa.

Os governos militares não corresponderam às expectativas das elites estaduais, que buscavam maior autonomia. A Constituição de 1891 veio exatamente para atender às reivindicações oligárquicas, promovendo uma descentralização do poder e da administração. Os Estados ficaram autorizados a contrair empréstimos no exterior, cobrar impostos sobre exportações, formar numerosas guardas estaduais e elaborar legislação própria.

Nesse ínterim da “República da Espada”, tensões sociais eclodiram. Por exemplo, no Rio Grande do Sul, uma ruptura na oligarquia levou Silveira Martins a liderar os federalistas contra os republicanos de Júlio de Castilhos. Durante um banho de sangue no Rio Grande do Sul, Paraná e Santa Catarina, o Almirante Custódio Mello, preterido na sucessão de Floriano, promoveu a Revolta da Armada e uniu-se aos rebeldes do Sul. Após muito desgaste, os revoltosos renderam-se e o governo central ficou fortalecido.

Quando Prudente de Moraes assumiu o governo, começaram as disputas mais enfáticas entre uma Constituição liberal e uma política oligárquica. A Constituição de 1891 havia eliminado o voto censitário e instituído o voto para todos os homens que fossem alfabetizados. As elites estaduais, ansiosas pelos recursos agora disponíveis nos Estados, movimentaram seus líderes locais no intuito de receber votos em troca de favores e empregos públicos para os eleitores. Num Estado onde a carência e a ausência de mecanismos sociais efetivos contra a miséria eram a regra, o coronelismo e o clientelismo passaram a imperar.

Ademais, a coerção física e a fraude também eram factíveis.

Diante do poder dos políticos locais, das eleições para a Câmara dos Deputados e o Senado e da busca de apoio nas duas Casas para o funcionamento do governo, foi criada a política dos governadores, isto é, os governadores deveriam votar, por meio de seus representantes, as leis do governo e, em troca, receberiam apoio, empregos e ajuda. O governo central também se comprometia a não interferir na política local. Finalmente, a partir do Acordo de Taubaté (1906), o governo autorizava e apoiava as políticas de defesa do café, por meio de empréstimos e manobras cambiais, reforçando o poder oligárquico e provocando a alta dos preços para os produtos do povo.

A falta de espaço político, de uma política social e a industrialização fizeram com que as novas forças políticas buscassem formas alternativas de expressão. O operariado, mediante as greves de 1917, procurou espaços ausentes até então. O anarco-sindicalismo surgiu como a busca por uma nova ordem, porém também havia reivindicações de curto prazo. Os tenentes e a coluna Prestes, em 1922 e 1924, respectivamente, proclamaram a necessidade de um novo Estado comprometido com a construção de uma nova ordem econômico-social, com interferência estatal, industrialização e livre das oligarquias. Canudos e Contestado mostravam a existência de grandes grupos excluídos no campo, enquanto a Revolta da Vacina e a da Chibata demonstravam a exclusão social no ambiente urbano. Portanto, a ideologia e a economia liberais associadas às práticas oligárquicas (governo de um grupo) não correspondiam às necessidades das novas classes sociais nem às aspirações da classe média, ansiosas por legítima representatividade, desenvolvimento e por um Estado onde os problemas sociais não fossem um caso de polícia.

2. Leia os fragmentos abaixo e, a seguir, responda quais as articulações possíveis entre eles:

“Quero instituir um governo de autoridade e liberto das peias da democracia liberal, que inspirou a Constituição de 1934”. Getúlio Vargas, 1937.

“Por mais terras que eu percorra, não permita Deus que eu morra sem que volte para lá; sem que leve por divisa este “V” que simboliza a vitória que virá”. Guilherme de Almeida, *Canção do Expedicionário*.

“Se lutamos contra o fascismo, ao lado das Nações Unidas, para que a liberdade e a democracia sejam restituídas a todos os povos, certamente não pedimos demais reclamando para nós mesmos os direitos e garantias que as caracterizam”. *Manifesto dos Mineiros*, 1942.

### Ibrahim Abdul-Hak Neto (20/20)

*As contradições entre as bases ideológicas do Estado Novo e sua política externa a partir de 1942 estão articuladas nos fragmentos apresentados e explicam a desestabilização do regime em 1945.*

*O autoritarismo varguista, com um misto de populismo, origina-se no golpe de Estado de 1937, cujo eixo diretivo - como se verifica com a farsa do Plano Cohen - é a luta anticomunista. Combinado ao descrédito que atinge a idéia de democracia - associada à crise econômica de 1929 -, o anticomunismo molda, segundo H. Arendt, o Estado totalitário, que absorve o indivíduo e lidera a nação. O Estado varguista, portanto, parece compartilhar a ideologia fascista e, também, nazista. Como transparece no “Diário de Getúlio Vargas”, sua “obra” - que entendemos como aquilo que F. Weffort chama de “Estado do Compromisso” - exigiria um Estado forte.*

*A Constituição de 1937, portanto, deve ser - como diz Getúlio - um instrumento que garanta a ordem e a estabilidade do regime ou, em outras palavras, um enquadramento dos movimentos que ameaçaram o governo constitucional de 1934-37 (integralismo, socialismo, comunismo e resquícios de tenentismo). A “Polaca”, via suas “Disposições Finais e Transitórias”, deu poderes ditatoriais a Getúlio Vargas: o Estado Novo brasileiro não teve Congresso e a representação social se deu apenas nos órgãos técnicos; o federalismo foi apenas formal, podendo GV nomear interventores; reiterava a Lei de Segurança Nacional e o Tribunal de Segurança Nacional, competente para julgar qualquer ato subversivo; permitia a censura; criava a*

*propaganda estatal (D.I.P., a “Hora do Brasil”); extinguiu partidos. “Tudo abaixo do Estado” era, pois, também um lema do autoritarismo varguista, sustentado pelos militares.*

*A política externa do Estado Novo é caracterizada por uma “equidistância” (Gérson Moura). Vargas usa da rivalidade crescente entre os EUA e a Alemanha nazista para obter desses países a colaboração na instalação da indústria pesada brasileira (siderurgia, em especial), renovação dos armamentos do Exército e da Marinha do Brasil, assim como concessões comerciais, obtendo - por exemplo - vantagens comerciais com ambos os países. A “diplomacia triangular” de GV mostra que a ambigüidade ideológica foi necessária para seu êxito. O exemplo clássico é a construção, via financiamento do Eximbank, da Siderúrgica de Volta Redonda.*

*Em 1939, Vargas observa o estreitamento de seu poder de barganha junto à Alemanha em função do bloqueio naval inglês: o comércio com os EUA e, portanto, a dependência unipolar são um dado com o qual Vargas teve de agir. Desta forma, na I Reunião Hemisférica dos Chanceleres Americanos, Vargas opta pela neutralidade frente ao conflito na Europa. Já em 1942, frente às pressões americanas pedindo a colaboração brasileira nos esforços de guerra (bases aéreas, fornecimento de insumos), aceita - a contragosto<sup>1</sup> -, na II Reunião de Chanceleres no Rio de Janeiro, a proposta de Oswaldo Aranha no sentido do rompimento de relações com o Eixo. Posteriormente, o cálculo diplomático leva Vargas a declarar guerra à Alemanha - apesar das resistências de Londres.*

*Ao lado dos Aliados, o Brasil participou da guerra - notadamente com a Força Expedicionária Brasileira à Itália, a Força Aérea Brasileira e a Marinha a vigiar o Atlântico Sul. Na “Canção do Expedicionário”, Guilherme de Almeida expressa a esperança da vitória dos Aliados contra o Eixo.*

*Era, pois, notória a contradição da posição do Brasil na Segunda Guerra. Se esta foi a guerra entre Democracias e Totalitarismos, com*

<sup>1</sup> O Diário de Getúlio contém o texto mostrando que Vargas é pressionado, nas circunstâncias, a declarar guerra.

*a vitória das democracias, venceria também a democracia brasileira e Vargas seria deposto pouco depois: curiosamente pelo General Góes Monteiro, que fora o sustentáculo do autoritarismo varguista. Em 1946, pela primeira vez na história, o Brasil terá uma constituição democrática não alterada por regras não escritas.*

3. O lema "Uma câmera na mão e uma idéia na cabeça" foi emblemático de importante movimento na vida cultural brasileira, denominado "Cinema Novo". Caracterize esse movimento identificando o contexto histórico e as temáticas desenvolvidas.

#### **Otávio Gabriel de Carvalho Santos Briones (20/20)**

*O lema "Uma câmera na mão e uma idéia na cabeça" caracterizou o Cinema Novo no Brasil, movimento que começa nos anos cinqüenta e estende-se até o término dos anos sessenta.*

*Durante esse período, o país passou por uma grande transformação socioeconômica. Seguindo o modelo do nacional-desenvolvimentismo, pregado pela CEPAL de Raul Prebisch, o país substituía importações e assistia ao crescimento não só da indústria de bens de consumo não duráveis, mas também à implantação de fábricas de bens de consumo duráveis (automóveis), bens intermediários e embriões de bens de capital.*

*Juscelino Kubitschek prometia ao país cinqüenta anos em cinco, lançava seu plano de metas cobrindo educação, eletricidade (energia), transportes, alimentação, indústria de base e a construção de uma nova capital: Brasília. O país começava a ser interligado por estradas, as populações partiam para as cidades do Centro-Sul que vivenciavam o binômio industrialização-urbanização. Havia um Estado de compromisso, marcado por um equilíbrio político construído sobre altas taxas de crescimento econômico. Finalmente, o Brasil parecia "dar certo".*

*A construção de um novo país e o fortalecimento da classe média fizeram com que uma nova geração de cineastas buscasse a produção de filmes em que o brasileiro pudesse ver-se na tela, observar sua*

*realidade e suas peculiaridades. Nesse contexto, Glauber Rocha, Cacá Diegues, Néelson Pereira de Santos e muitos outros partiram com uma câmera na mão e muitas idéias na cabeça.*

*O baixo orçamento e a falta de produção foram superados pela influência da "Nouvelle Vague" francesa, de François Truffaut e Jean-Luc Godard. O importante não era ter recursos materiais. O importante era ter criatividade e idéias.*

*A mesma classe média que aplaudia a Bossa Nova comparecia aos festivais de música popular brasileira e também lotava as salas de cinema que apresentassem filmes do Cinema Novo. A conscientização de sua realidade, a politização e a vontade de mudar para progredir alimentavam o relacionamento entre cineastas e público.*

*No exterior, com o filme "O Cangaceiro", o Brasil recebeu seu primeiro prêmio internacional. Foi, porém, com "O Pagador de Promessas" que o movimento atingiu seu clímax, no momento de sua premiação com a Palma de Ouro em Cannes. Finalmente, o Brasil afirmava sua identidade e era reconhecido e aceito culturalmente no exterior.*

*Os anos instáveis de 1961 a 1964 e depois o período do governo militar foram marcados por um fortalecimento do Cinema Novo como um mecanismo de crítica social e política ao regime.*

*Os paradoxos sociais; o regionalismo, sobretudo o Nordeste e suas particularidades; o Brasil; o homem nesta nova sociedade urbanizada, anônima, industrial e capitalista - foram os principais temas. Pela primeira vez, no Brasil, os personagens eram dotados de características complexas, transmitiam seus pensamentos introspectivos, demonstravam reação à ordem que os cercava e limitava..*

*Filmes como "Deus e o Diabo na Terra do Sol", "Terra em Transe", "A Hora e a Vez de Augusto Matraga", "Macunaíma" etc. mostravam a formação do caráter brasileiro, o jogo de forças na sociedade e a crítica de uma ordem arcaica.*

*Paulatinamente, os temas sociais, os retirantes e as especificidades da cultura brasileira foram ocupando a trama dos filmes.*

*Assim sendo, música, cinema, literatura e teatro transformaram-se em veículos e catalisadores de uma nova ordem, que colocava o homem e o Brasil no epicentro dos movimentos culturais nacionais.*

#### 4. Comente o texto:

“A Revolução Francesa é portadora de uma esperança que tem um nome, mas não possui ainda um rosto. Tudo muda em 1917. A partir de então, a Revolução socialista possui um rosto: a Revolução Francesa deixa de ser uma matriz de possibilidades a partir da qual pode e deve elaborar-se uma outra revolução libertadora”.

François Furet, *Ensaio sobre a Revolução Francesa*.

#### **Otávio Gabriel de Carvalho Santos Briones (15/20)**

*Em nome do lema “Liberdade, Igualdade e Fraternidade”, a Revolução Francesa triunfou sobre o Estado absolutista de Luís XVI, mesmo que a República tenha sido posteriormente substituída pelo Império de Napoleão I, pela monarquia de Luís XVIII, Carlos X e Luís Felipe, novamente pelo Império de Napoleão III, para cristalizar-se definitivamente, a partir de 1871, como organização do Estado na França.*

*Na Revolução Francesa, em 1789, as classes sociais que compunham o Terceiro Estado, isto é, todos exceto o clero e a nobreza, empunharam a bandeira tricolor revolucionária para lutar contra a antiga ordem, mesmo que para cada classe social a ênfase da revolução devesse recair de forma diferenciada sobre cada uma das palavras-chave: liberdade, igualdade e fraternidade.*

*Nos diferentes momentos da revolução, houve alternadamente uma classe na liderança do processo. Os girondinos, os jacobinos, os montanheses e até mesmo grande influência dos sans culottes. Essa alternância possibilitava às diversas classes imprimir traços que marcariam a revolução. A burguesia, os proprietários de terras, os camponeses, as massas urbanas e a pequena burguesia contribuíam para a queda do Antigo Regime, dos privilégios e da carestia.*

*Apesar de nomes como Danton, Robespierre, Marat, é impossível determinar quem foi o líder da revolução. Da mesma forma, é impossível determinar qual partido ou classe derrubou o regime, embora seja possível compreender que a burguesia foi a maior beneficiada no final do processo.*

*A Revolução Francesa foi, portanto, uma mobilização de grande escopo na sociedade que visava à eliminação das estruturas econômicas e sociais absolutistas, que impediam o desenvolvimento do capitalismo, do individualismo, da razão, do progresso e da construção de um Estado-nação compatível com a nova estrutura econômica e social. Não foi uma revolução no sentido grego, em que haveria uma busca pelas origens e uma eliminação das anomalias. Foi uma revolução no sentido marxista, de ruptura.*

*A Revolução bolchevique de outubro de 1917 também derrubou um regime aristocrático e instaurou uma nova ordem republicana. Entretanto, foi muito mais eficaz e eficiente do que sua predecessora, a francesa. Primeiro, porque erradicou rapidamente o czarismo da ordem política, apesar das lutas contra forças estrangeiras e do exército branco, impedindo, assim, o seu retorno. Segundo, porque partiu de um grupo pequeno da sociedade, num país continental, repleto de etnias e religiões distintas, sujeito às mais diversas influências.*

*A afirmação de François Furet de que a Revolução Russa substituiu a francesa como matriz para as revoluções vindouras fundamenta-se nesta eficiência à qual atribui como causa o rosto: um líder e um partido. A figura carismática de Lênin, a existência de um partido comunista coeso e disciplinado e sua crença no núcleo revolucionário possibilitaram a instalação de um regime comunista em um país agrário, começando a industrialização e, em algumas partes, ainda marcado pela servidão.*

*O núcleo revolucionário de Lênin mostrou o poder da organização. Assim sendo, a partir de então, a existência de um líder carismático e de um núcleo revolucionário, que poderia ser o partido comunista, marcaram as revoluções subsequentes. Não era mais necessário contar com todas as classes para derrubar regimes e, conseqüentemente, promover uma mudança de governo. A Revolução*

*Russa triunfara sobre a francesa como modelo.*

*Neste contexto, Mao Tse-Tung e seu partido comunista assumiram o poder na China em 1949. Fidel Castro e seus amigos chegaram ao poder em Cuba e dezenas de movimentos revolucionários espalharam-se pelo mundo em desenvolvimento, portando uma bandeira vermelha em vez da tricolor. François Furet estava certo.*

5. Embora tenha sido cunhado no contexto das utopias românticas, o binômio povo-nação foi reapropriado pela retórica da descolonização. Caracterize esse processo e o novo sentido atribuído ao binômio.

### **Otávio Gabriel de Carvalho Santos Briones (15/20)**

*A Revolução Francesa e a construção de um Estado-nação, substituindo o Estado absolutista, significavam que as relações políticas, a partir de então, refletiriam os interesses da população daquele Estado e que, devido ao fato de partilhar tradições, hábitos, costumes, religião e idioma, essa população formaria uma nação.*

*A idéia, propagada pelo romantismo do início do século XIX na Europa, de que os Estados devem ser organizados em função de suas nações gerou as revoluções de 1830, levou a Bélgica e a Grécia à independência e culminou com os sentimentos nacionalistas que durante a primeira Guerra Mundial esfacelaram os impérios multi-étnicos, como o Austro-Húngaro e o Turco.*

*A passagem do capitalismo concorrencial para o monopolístico, a segunda revolução industrial, a interferência do Estado nas atividades capitalistas, as unificações alemã e italiana fizeram com que o mundo do final do século XIX fosse marcado pelo imperialismo.*

*Nesta nova ordem mundial, os territórios da Ásia e África foram partilhados pelas potências européias, culminando com o Congresso de Berlim, na década de 1880, quando oficialmente o mundo foi retalhado de acordo com os interesses europeus. As potências européias buscavam fontes de matérias-primas e mercados consumidores para seus produtos industrializados. Também buscavam locais para investir o capital financeiro e conceder empréstimos com segurança. Os recursos materiais e tecnológicos tornavam os*

*europeus imbatíveis na África e Ásia. Ademais, transferiam para essas regiões suas rivalidades e usavam braços locais em suas querelas.*

*As duas guerras mundiais transferiram o eixo de poder da Europa para os novos gigantes que se confrontavam com a Guerra Fria e a ameaça nuclear: os Estados Unidos e a União Soviética. Os impérios coloniais europeus (belga, francês, italiano, espanhol, inglês, alemão, holandês) não tinham mais capacidade econômica e militar para manter o status quo. Ademais, as colônias foram envolvidas nas lutas e aprenderam o caminho rumo à independência. Finalmente, os dois expoentes da ordem bipolar incentivaram a descolonização.*

*Nessa conjuntura, líderes locais, educados com valores europeus, assimilaram a estrutura do Estado de suas metrópoles e surgiram como condutores do processo de descolonização. Paulatinamente, as potências foram aceitando a nova ordem. Surgia, porém, uma nova dificuldade, que era a de construir Estados onde a população não compunha uma nação. As fronteiras dos novos países respeitaram os interesses europeus do período colonial e imperial, baseados muitas vezes em acidentes geográficos, mas sem respeitar as populações. Assim, surgiram Estados com muitas etnias e etnias sem Estado ou divididas em vários Estados. Rivalidades religiosas afloraram, desestruturação econômica e caos social ameaçavam os novos governantes.*

*No intuito de viabilizar a nova ordem política, os novos governantes optaram por primeiro construir o Estado e depois a Nação. Assim, houve uma centralização do poder nos novos países e ditaduras tornaram-se frequentes, tanto de esquerda quanto de direita. O Estado forte geraria a Nação, isto é, o contrário do que ocorreu na Europa. Entretanto, tal opção provocou guerras civis, cisões entre países, como na Índia e Paquistão, e novas guerras.*

*No âmbito internacional, os novos países lançaram-se no movimento não-alinhado e terceiro-mundista, marcado pelas conferências de Bandung (1955) e Belgrado. Atuava-se na ONU para acelerar o processo de descolonização, para o reconhecimento dos novos países e para viabilizá-los, buscando auxílio econômico, financeiro, técnico e humanitário para a construção dos Estados.*

*As lideranças locais que conduziram a descolonização contavam com a estrutura de um Estado ocidental para construir uma nação que guardasse particularidades e superasse diferenças. O desafio ainda continua, sobretudo após a Guerra Fria, pois os governantes ficaram sem ajuda externa para controlar as rivalidades étnicas e religiosas que ameaçam a unidade do poder e as atuais estruturas políticas.*

## GEOGRAFIA

A prova de Geografia constará de 5 (cinco) dissertações, de curta extensão, 3 (três) das quais tratarão do Brasil.

### Programa:

- 1 - Sociedade e Espaço: o campo de reflexão da Geografia.
  - 1.1 - Espaço e valor: teorias e conceitos da Geografia Econômica.
  - 1.2 - Espaço e poder: teorias e conceitos da Geografia Política.
  - 1.3 - Espaço e tempo: teorias e conceitos da Geografia Histórica.
  - 1.4 - Espaço e representação: teorias e conceitos da Geografia Cultural.
  - 1.5 - As teorias geográficas da relação sociedade/natureza.
- 2 - A Formação Territorial do Brasil.
  - 2.1 - Macrodivisão natural do Espaço brasileiro (relevo, clima, vegetação e hidrografia).
  - 2.2 - Os grandes eixos de ocupação do território e a cronologia do processo.
  - 2.3 - A definição dos limites territoriais do Brasil.
  - 2.4 - A estruturação da rede de cidades no Brasil e os processos recentes de urbanização.
  - 2.5 - O processo de industrialização e as tendências atuais da localização das indústrias no Brasil.
  - 2.6 - O processo de modernização da agricultura no Brasil e suas tendências atuais.
  - 2.7 - Regionalização e divisão inter-regional do trabalho no Brasil.
- 3 - O Brasil no Contexto Geopolítico Mundial.
  - 3.1 - O processo de globalização econômica e a divisão internacional do trabalho.
  - 3.2 - Herança colonial, condição periférica e industrialização tardia: a América Latina.

3.3 - Transnacionalização da economia e globalização das relações: o período técnico-científico.

3.4 - A nova ordem internacional e as tendências geopolíticas na escala global: a formação de blocos.

3.5 - O processo de estruturação e os objetivos do MERCOSUL.

3.6 - Perspectivas de integração na bacia amazônica.

4 - A Questão Ambiental no Brasil e os Desafios do Desenvolvimento Sustentável.

4.1 - As demandas de saneamento básico e a qualidade de vida nas cidades brasileiras.

4.2 - Desmatamentos e avanços da fronteira agropecuária no Brasil.

4.3 - O meio ambiente e as políticas de ocupação da Amazônia.

4.4 - Os ecossistemas brasileiros e as principais causas de sua degradação.

4.5 - A consciência ambiental e o planejamento de usos sustentáveis do solo.

#### Bibliografia:

ANDRADE, Manuel Correia de. *A Terra e o Homem no Nordeste*, Hucitec, São Paulo, 1979.

ARAÚJO, Regina Célia. *Manual do Candidato - Geografia*, FUNAG, Brasília, 1995.

BECKER, Bertha. *Amazônia*, Ática, São Paulo, 1990.

BECKER, Bertha et alii. *Geografia e Meio Ambiente no Brasil*, Hucitec, São Paulo, 1995.

BECKER, Bertha e EGLER, Cláudio. *Brasil: Uma Nova Potência Regional na Economia Mundo*, Bertrand, Rio de Janeiro, 1993.

BENKO, Georges. *Economia, Espaço e Globalização*, Hucitec, São Paulo, 1996.

CORRÊA, Roberto Lobato. *Região e Organização Espacial*, Ática, São Paulo, 1986.

COSTA, Wanderley Messias da. *O Estado e as Políticas Territoriais no Brasil*, Contexto, São Paulo, 1988.

LAVINAS, Lena et alii. *Reestruturação do Espaço Urbano e Regional no Brasil*, Hucitec/ANPUR, São Paulo, 1993.

MORAES, Antonio Carlos R. *Meio Ambiente e Ciências Humanas*, Hucitec, São Paulo, 1994.

SANTOS, Milton A. *Urbanização Brasileira*, Hucitec, São Paulo, 1994.

SCARLATO, Francisco C. et alii. *Globalização e Espaço Latino-Americano*, Hucitec/ANPUR, São Paulo, 1994.

SOUZA, Maria Adélia A. *Território: Globalização e Fragmentação*, Hucitec, São Paulo, 1995.

A título de orientação para os candidatos que desejarem aprofundar o estudo da matéria, sugerem-se as seguintes leituras adicionais:

ANDRADE, Manuel Correia de. *O Brasil e a América Latina*, Contexto, São Paulo, 1989.

———. *O Desafio Ecológico*, Ed. Hucitec, São Paulo, 1994.

BURSZTYN, Marcel (org.). *Para Pensar o Desenvolvimento Sustentável*, Brasiliense, São Paulo, 1993.

CANO, Wilson. *Raízes da Concentração Industrial em São Paulo*, Difel, São Paulo, 1977.

COSTA, Wanderley Messias da. *Geografia Política e Geopolítica*, Hucitec/Edusp, São Paulo, 1992.

DIEGUES, Antonio Carlos. *O Mito Moderno da Natureza Intocada*, Hucitec, São Paulo, 1996.

FLORÊNCIO, Sérgio A. L. e ARAÚJO, Ernesto H. F. *Mercosul Hoje*, Alfa-Omega, São Paulo, 1996.

MAGNOLI, Demétrio. *O Corpo da Pátria*, Ed. Unesp/Moderna, São Paulo, 1997.

MARTIN, André Roberto. *Fronteiras e Nações*, Contexto, São Paulo, 1992.

MARTINE, George e GARCIA, Ronaldo. *Os Impactos Sociais da Modernização Agrícola*, Caetés, São Paulo, 1987.

MORAES, Antonio Carlos R. *Ideologias Geográficas*, Hucitec, São Paulo, 1988.

———. *Geografia. Pequena História Crítica*, Hucitec, São Paulo, 1982.

- RAFFESTIN, Claude. *Por uma Geografia do Poder*, Ática, São Paulo, 1993.
- SANTOS, Milton. *Por uma Geografia Nova*, Hucitec, SP, 1979.
- . *Metamorfose do Espaço Habitado*, Hucitec, São Paulo, 1988.
- SANTOS, Milton et alii. *Fim de Século e Globalização*, Hucitec/ANPUR, São Paulo, 1994.
- SANTOS, Milton (org). *Novos Rumos da Geografia Brasileira*, Hucitec, São Paulo, 1984.
- SOUZA, Maria Adélia A. et alii. *Natureza e Sociedade de Hoje: uma Leitura Geográfica*, Hucitec/ANPUR, São Paulo, 1994.
- WETTSTEIN, German. *Subdesenvolvimento e Geografia*, Contexto, São Paulo, 1992.

#### Exemplo de Prova (concurso de 1997)

Responda às questões abaixo (extensão máxima: duas páginas por questão)

1. Segundo vários autores, a globalização e a conscientização ambiental seriam processos associados. Quanto ao primeiro, comenta o Professor Milton Santos, “há que se tomar cada lugar da Terra como uma fração do espaço mundial”. Por outro lado, é uma máxima do movimento ambientalista internacional a afirmação “pensar globalmente, agir localmente”. Faça uma reflexão sobre a relação entre essas escalas no mundo contemporâneo, levando em conta seus possíveis reflexos sobre as soberanias nacionais.

#### Elias Antonio de Luna e Almeida Santos (20/20)

*O fenômeno da globalização, cuja face mais conhecida consiste na dispersão dos processos de produção de várias atividades econômicas por todo o mundo, resulta tanto das facilidades de transportes e telecomunicações que caracterizam a sociedade contemporânea quanto da liberalização comercial e financeira levada a efeito por governos e empresas desde o pós-Segunda Guerra Mundial. Ao lado disso, a globalização tem produzido uma uniformização crescente de valores,*

*bem como de padrões de consumo em favor do Ocidente, muito embora venha ganhando destaque a tese do “Choque de Civilizações”, lançada pelo Professor Samuel Huntington em artigo na Revista “Foreign Affairs” e em livro publicado recentemente. Essa convergência entre a difusão do industrialismo ocidental e a generalização do consumo tem conferido, igualmente, repercussão mundial aos problemas ambientais trazidos pelo desenvolvimento econômico, que antes só preocupavam as nações de industrialização maciça do Norte.*

*Enfatizando o caráter global das questões relacionadas ao meio ambiente, algumas correntes envolvidas no debate ecológico, localizadas sobretudo nos países desenvolvidos, preconizam uma maior coordenação entre os Estados nacionais na preservação do patrimônio natural mundial, assim como uma participação intensiva das Organizações Não-Governamentais no processo. Outros grupos, por sua vez, dão realce à problemática do desenvolvimento sustentável ou da utilização racional dos recursos naturais, e, mesmo reconhecendo a necessidade da cooperação internacional, alegam que se a natureza é um patrimônio universal, as tecnologias indispensáveis à sua proteção também deveriam sê-lo. A dificuldade dos Estados para enfrentarem os desafios ambientais é acentuada pelo importante papel desempenhado nessa discussão pelos organismos internacionais, em especial a ONU, cujas conferências (Estocolmo-72 e Rio-92) estabelecem, ao menos, um forte compromisso moral em relação ao meio ambiente, dando notoriedade ao tema.*

*No entanto, a solução dos problemas ambientais no contexto da globalização exige não só resoluções legislativas e medidas de cunho internacional, mas também iniciativas de âmbito local. Os economistas já identificam, na linha da afirmação do Professor Milton Santos, regiões geoeconômicas no interior dos Estados nacionais que se comunicam diretamente com o mundo, sem a intermediação de seus governos centrais. Assim, ao contrário do que afirmava a geografia tradicional, as regiões não se comunicam apenas com suas vizinhas, nem existe uma rígida hierarquia entre elas; cada região se relaciona com as que lhe são próximas, com as mais distantes de seu país e com o mundo, de forma que os comportamentos e decisões locais têm efeitos que*

*transcendem as fronteiras nacionais. Além disso, é mais viável alcançar um consenso acerca de soluções práticas na esfera local do que na internacional ou mesmo na nacional. Trata-se, pois, de salientar a dimensão internacional de cada lugar, e não de favorecer o global em detrimento do local.*

*Desse modo, os Estados nacionais perdem parte de sua soberania para legislar em matéria ambiental em favor dos organismos internacionais e mostram-se incapazes de adotar soluções concretas. No Brasil, são os municípios que se destacam nesse contexto, como Curitiba e seu sistema de transporte e de coleta de lixo.*

2. A circulação financeira é marcada por acentuada extraterritorialidade. Tal condição propicia que, atualmente, uma mercadoria circule pelo mundo sem sair do lugar. Comente essa afirmação.

#### **Elias Antonio de Luna e Almeida Santos (20/20)**

*A extraterritorialidade da circulação financeira resulta do desenvolvimento vertiginoso das telecomunicações e das redes mundiais de computadores, com o advento da 3ª Revolução Industrial a partir da década de 70. De fato, as transações financeiras dispensam, com frequência, o deslocamento físico e o contato pessoal, realizando-se simultaneamente em vários continentes com a ajuda da tecnologia.*

*Um primeiro aspecto que merece destaque nesse contexto diz respeito à definição de mercadoria. No mundo contemporâneo, vultosas somas são investidas autonomamente nos mercados de ações, derivativos, títulos públicos, commodities agrícolas e divisas, de maneira que é necessário ampliar o conceito de mercadoria para tais bens imateriais, isto é, não diretamente relacionados à economia real. Mesmo as commodities agrícolas, teoricamente atreladas a uma certa quantidade de produto, são negociadas sucessivamente nas Bolsas do mundo inteiro (especialmente na de Chicago), sem que haja transferência material de produção de um negociante para outro. Os mercados de câmbio, por sua vez, são objeto de intensos surtos de especulação, que funcionam também como constrangimentos à*

*soberania dos Estados nacionais, crescentemente perplexos diante da velocidade e da quantidade de recursos empregados nesse processo. As recentes flutuações do dólar em relação ao iene e o ataque especulativo do investidor George Soros contra a libra esterlina em 1992 são exemplos da grande importância individual do câmbio nas relações econômicas internacionais. Como razão principal dessa desmaterialização da riqueza, deve-se apontar a difusão da moeda escritural e eletrônica, encarnada nos cartões de crédito e no lançamento de moeda em contas bancárias ao redor do mundo por intermédio dos computadores.*

*Quanto ao caráter extraterritorial e internacional da circulação de mercadorias e produtos financeiros, é digna ainda de menção a perda de capacidade regulatória dos Estados nacionais, que são forçados a implementar as políticas econômicas ditadas pelo capital financeiro mundial, sob pena de afugentarem investimentos e serem marginalizados pelos meios de comunicação e pelos formadores de opinião em matéria econômica.*

*Assim, a extraterritorialidade da circulação financeira foi proporcionada tanto pelo progresso técnico quanto pela liberalização econômica promovida pelos Estados, sob pressão também do setor privado.*

3. O projeto de transposição das águas do rio São Francisco para alimentar bacias hidrográficas intermitentes do agreste nordestino estimulou interessante discussão sobre seus custos e benefícios. Comente os principais argumentos levantados em tal debate, favoráveis e desfavoráveis, e exponha sua própria posição a respeito.

#### **Erlon Moisa (20/20)**

*O problema político e social gerado pelo baixo índice pluviométrico do sertão nordestino, com eventuais picos de estiagem prolongada que exponenciam as perdas na agricultura e na criação, vem sendo objeto de ações do governo central desde o fim do Império. A grande seca de 1877 levou à construção do*

*açude de Quixadá (CE), em 1881, primeira grande obra emergencial para a região.*

*Sucessivas agências governamentais foram criadas na primeira metade do século, culminando na constituição do Departamento Nacional de Obras contra a Seca (DNOCS), em 1946. As ações eram principalmente pontuais, centradas na construção de açudes (o maior deles, Orós, no Ceará, data dos anos 30) e no recrutamento dos sertanejos para frentes de trabalho, para minorar o problema da miséria rural. Obras com impacto mais estrutural, como a perenização de trechos fluviais (o rio Jaguaribe é considerado o maior rio intermitente do mundo) não tiveram lugar.*

*No fim dos anos 70, a agricultura do Nordeste passa a viver uma nova fase. A porção de cerrado do Oeste da Bahia (Barreiras) tem sua economia dinamizada pelo cultivo da soja, com alta produtividade. Também projetos de irrigação, utilizando as águas do São Francisco e de lençóis freáticos, fazem vicejar a fruticultura em pólos como o eixo Petrolina (PE)-Juazeiro (BA) e o sertão do Rio Grande do Norte (a região de Mossoró produz melão tanto para o mercado do Centro-Sul quanto para exportação). As condições excepcionais de insolação do Nordeste permitem até três colheitas por ano. Mesmo parreirais irrigados passaram a ser cultivados na região.*

*O rio São Francisco ("Velho Chico", o "rio da integração nacional") tem um papel de importância secular para o semi-árido nordestino. As condições de navegabilidade na maior parte do seu curso facilitaram a comunicação intra-regional. O aproveitamento de seu potencial hidrelétrico localizado na região (usina de Paulo Afonso, barragem de Sobradinho) fornece o insumo energético para os distritos industriais das capitais nordestinas.*

*O projeto de transposição das suas águas foi apresentado no governo Itamar Franco, visando à criação de fontes de irrigação em Estados que não se beneficiam daquele potencial. A principal vantagem seria a possibilidade de expansão das áreas irrigadas para uma maior extensão do agreste e do sertão. A própria envergadura da iniciativa dinamizaria a economia da região. Como ponto negativo, o custo em termos ambientais para o equilíbrio ecológico do próprio sistema*

*hidrográfico polarizado pelo rio. O projeto gerou polêmica também em função de disputas políticas regionais (BA contra os demais Estados), com repercussão no plano federal. A meu ver, o programa poderia ajudar a modificar estruturalmente o panorama de perdas na agricultura e pecuária e iniciar a vitalização de um importante espaço do território brasileiro que sofre não só de problemas climáticos, mas também de manipulação político-orçamentária consubstanciada na indústria da seca.*

4. Há décadas, o Estado de São Paulo responde por cerca de 45% do valor da transformação industrial gerado no Brasil, o que expressa o grande nível de concentração da atividade no território nacional. Sabe-se, também, que a produção de café foi a grande responsável pelo povoamento e estruturação territorial dessa unidade da Federação. Relacione os dois fatos.

#### **Breno Hermann (20/20)**

*No Estado de São Paulo, pode-se afirmar que o desenvolvimento industrial esteve ligado, já nos seus primórdios, à economia cafeeira. Com efeito, foi a expansão da economia cafeeira para o Oeste paulista (região de Campinas e Ribeirão Preto) que proporcionou o surgimento das condições necessárias à indústria, já que: a-) as sucessivas crises de superprodução do café, associadas à política governamental de valorização desse produto, tornaram possível a existência de capital excedente, o qual foi investido na indústria; b-) o avanço da economia do café permitiu a formação e expansão de um mercado consumidor local, bem como a existência de um ciclo "local" de reprodução do capital, fazendo que as divisas geradas não se esvaíssem nas relações comerciais com o exterior, fenômeno típico nos "arquipélagos" econômicos que constituíam o Brasil dessa época; c-) a necessidade de substituição da mão-de-obra na cafeicultura estimulou a imigração. A entrada de imigrantes no Estado de São Paulo contribuiu não só para alargar o mercado consumidor (mão-de-obra livre em substituição à mão-de-obra escrava), mas, também, para a presença de mão-de-obra*

*especializada e, portanto, capaz de trabalhar na indústria. É notável que, nos primórdios da industrialização em São Paulo, cerca de 90% do pessoal empregado fosse constituído de imigrantes italianos.*

*A esses fatores deve-se acrescentar, também, que a necessidade de escoamento do café levou à expansão da rede ferroviária (a estrada de ferro Santos-Jundiaí é, nesse sentido, um caso a ser lembrado), permitindo maior articulação-integração entre a região portuária de Santos, a capital do Estado (onde se localizavam tanto bancos cedentes de empréstimos para o café quanto casas de comércio) e o Oeste do Estado. A integração, fruto da expansão da rede de ferrovias, ocasionou maior povoamento do interior e, também, dinamizou o mercado interno.*

*Logo, foi a produção de café que viabilizou o florescimento industrial em São Paulo, fornecendo-lhe capital, mercado e mão-de-obra. Na verdade, o desenvolvimento industrial tributário do café se iniciou em bairros específicos da capital (Brás, Belemzinho, Moóca, Lapa), favorecido pela presença em larga escala de imigrantes e desenvolvendo-se ao longo dos eixos ferroviários que cruzavam a cidade. A integração da capital do Estado com o interior permitiu também que, em época posteriores, a concentração industrial se expandisse, agora ao longo de eixos rodoviários, em direção ao ABCD paulista, Guarulhos, Sorocaba etc. Dessa forma, foi o café que deu as bases para a formação de um amplo mercado no Estado de São Paulo (que posteriormente se expandiu por todo o território nacional, pondo fim à estruturação em "arquipélagos"), permitindo amplo desenvolvimento da indústria.*

5. O padrão contemporâneo de produção industrial é denominado por vários autores de "pós-fordismo". Explique o que caracteriza tal padrão, quais suas inovações em relação ao anteriormente vigente e quais suas repercussões sobre a localização das indústrias no Brasil.

**Elias Antonio de Luna e Almeida Santos (20/20)**

*O padrão contemporâneo da produção industrial conhecido como pós-fordismo é resultado da crescente mecanização e*

*informatização das indústrias, que passam a dispensar os trabalhadores menos qualificados, tornados redundantes. Suas características principais são a importância da formação profissional do empregado, que deve ter no mínimo grau secundário, isto é, da sua educação formal; a exigência de que o funcionário e os dirigentes tenham um conhecimento global do processo de produção, e não apenas de sua área específica; a queda das relações rígidas de hierarquia no interior da empresa; e, finalmente, a necessidade de adaptação e atualização constante do trabalhador. O padrão anterior, ao contrário, era marcado pela especialização extrema do trabalho, o que obrigava a força de trabalho a desempenhar atividades mecânicas e repetitivas, e pela abundância de níveis hierárquicos nas fábricas, o que limitava o potencial criativo e o ânimo dos funcionários menos graduados.*

*Pelas suas características, o modelo pós-fordista é mais adequado aos setores de alto valor agregado, as indústrias de ponta, como química fina, novos materiais, informática e serviços sofisticados. O padrão fordista, por sua vez, aplica-se com mais frequência às indústrias tradicionais, como têxteis e calçados.*

*No Brasil, isso se refletiu na reprodução em escala nacional do fenômeno da globalização, com a consolidação de uma divisão interna do trabalho. Assim, as indústrias de alto valor agregado, intensivas em conhecimento e tecnologia, buscam as praças de investimento em que os requisitos do pós-fordismo são contemplados, como São Paulo. As indústrias tradicionais, de baixo valor agregado, dirigem-se para as áreas estagnadas do país, como o Nordeste, onde se encontra mão-de-obra mais barata (a qualificação não é tão necessária). Daí por que se fala em descentralização espacial da indústria no país, quando o melhor seria chamar esse fenômeno de reorganização.*

## NOÇÕES DE DIREITO

A prova de Noções de Direito constará de 5 (cinco) dissertações ou problemas, de curta extensão.

O programa parte das noções indispensáveis de Teoria Geral do Direito, passa a seguir ao estudo do Estado e suas características básicas, para depois focar tópicos essenciais de Direito Constitucional, relacionados com a organização do Estado brasileiro. Busca-se aferir, em particular, a compreensão do candidato sobre a fisionomia institucional do Estado brasileiro e a vocação democrática da Constituição de 1988. O último tópico do programa – direitos e garantias fundamentais – marca a linha de contato mais próximo do Direito Constitucional e do Direito Internacional, na configuração do Estado de direito democrático.

Os pontos de Direito Internacional Público limitam-se aos conceitos indispensáveis para quem se prepara para o exercício das funções diplomáticas.

### Programa:

1. Característica da norma jurídica. Estrutura, validade e classificação.
2. Fatos e atos jurídicos. Elementos, classificação e vícios do ato jurídico. Relação jurídica e negócio jurídico.
3. Personalidade jurídica (no Direito interno brasileiro e no Direito Internacional Público).
4. O Estado. Elementos constitutivos. Soberania. Formas de Estado. A confederação e a federação. Regime republicano. Sistemas presidencialista e parlamentarista de governo. O Estado Democrático de Direito. Direitos e deveres dos Estados. Jurisdição e imunidades.
5. O Estado brasileiro. Nacionalidade da pessoa física. Condição jurídica do estrangeiro no Brasil.
6. A organização dos Poderes no direito brasileiro. A atividade legislativa e o processo legislativo.

7. Constituição. Conceito. Primado da Constituição. O controle da constitucionalidade das leis.
8. Competências da União, do Distrito Federal e das unidades federadas.
9. A atividade administrativa do Estado brasileiro. Princípios constitucionais da Administração pública. O controle da legalidade dos atos da administração.
10. Responsabilidade civil do Estado no direito brasileiro. Responsabilidade do Estado no Direito Internacional Público.
11. Fontes do Direito Internacional Público.
12. O tratado internacional. Conceituação. Processo de elaboração (competências dos Poderes Executivo e Legislativo). Entrada em vigor. Vigência e extinção.
13. Teoria geral das organizações internacionais.
14. Direitos e garantias fundamentais no Direito Constitucional brasileiro e no Direito Internacional.

### Bibliografia:

A bibliografia é arrolada apenas a título de orientação de estudo para o candidato, que selecionará as obras de maior interesse e conveniência. Os candidatos que desejarem poderão recorrer à leitura de outros autores, já que a Banca Examinadora não se vincula, necessariamente, ao conteúdo da bibliografia aqui indicada.

- ACCIOLY, H. e SILVA, G. E. N. *Manual de direito internacional público*, 12 ed., Saraiva, São Paulo, 1996.
- ALVES, J. A. Lindgren. *Os Direitos Humanos como Tema Global*, Perspectiva/FUNAG, São Paulo, 1994.
- AMARAL Jr., Alberto. *Manual do Candidato - Noções de Direito*, FUNAG, Brasília, 1995.
- BONAVIDES, Paulo. *Teoria do Estado*, Malheiros, São Paulo, 1995.
- DALLARI, Dalmo de Abreu. *Elementos de Teoria Geral do Estado*, Saraiva, São Paulo, 19ª ed., 1995.
- FERREIRA Filho, Manoel Gonçalves. *Curso de Direito Constitucional*, Saraiva, São Paulo, 22ª ed., 1995.

- MELLO, Celso Albuquerque. *Curso de Direito Internacional Público*, Renovar, Rio de Janeiro, 11ª ed., 1997.
- MELLO, Celso A. B. *Curso de direito administrativo*, 9 ed., Malheiros, São Paulo, 1997.
- RANGEL, V. M. *Direito e relações internacionais*, Revista dos Tribunais, São Paulo, 1997.
- REALE, Miguel. *Lições Preliminares de Direito*, Saraiva, São Paulo, 22ª ed., 1995.
- REZEK, José Francisco. *Direito Internacional Público: curso elementar*, Saraiva, São Paulo, 6ª ed., 1996.
- RODAS, João Grandino. *Tratados Internacionais*, Revista dos Tribunais, SP, 1991.
- SEITENFUS, R. A. S. *Manual das organizações internacionais*, Livraria do Advogado, Porto Alegre, 1997.
- SILVA, José Affonso da. *Curso de Direito Constitucional Positivo*, Malheiros, São Paulo, 1997.
- TRINDADE, Antônio A. Cançado. *Direito das Organizações Internacionais*, Escopo Editora, Brasília, 1990.
- . *Tratado de Direito Internacional dos Direitos Humanos*, vol. I, Porto Alegre, S.A. Fabris Ed., 1997.

#### Exemplo de prova (concurso de 1997)

1. Três indivíduos - X, Y e Z - pretendem ingressar na carreira diplomática brasileira. X nasceu em Brasília, quando seus pais, nacionais da Arcolândia, representavam diplomaticamente seu Estado junto ao governo brasileiro. X sempre morou no Brasil. Y nasceu em Arcolândia, filho de pais brasileiros, que ingressaram clandestinamente naquele país e nunca registraram o filho em repartição consular do Brasil. Aos vinte anos de idade, Y veio morar no Brasil, quando optou pela nacionalidade brasileira. Z nasceu em um navio, em alto mar, de bandeira arcolandiana, quando seus pais, ambos nacionais da Arcolândia, imigravam para o Brasil. Recentemente, Z requereu, com êxito, a nacionalidade brasileira. Analise, à vista da nacionalidade dos três indivíduos, as possibilidades de cada um ter

aceito seu pedido de inscrição no Concurso de Admissão à Carreira de Diplomata, do Instituto Rio Branco.

#### Giuliana Sampaio Ciccu (20/20)

*Em primeiro lugar, cumpre considerar que cargos referentes à carreira diplomática, segundo a Constituição Federal de 1988, só podem ser ocupados por brasileiros natos. Para definir quem é brasileiro nato, a Constituição utiliza como critério o direito de solo, combinado com princípios que consagram o direito de sangue.*

*Assim, consideram-se brasileiros natos, entre outros casos, aqueles nascidos em território nacional, de pai ou mãe estrangeiros, desde que não estejam a serviço de seu Estado. Desse modo, X, ainda que nascido no Brasil, não pode ser considerado brasileiro, pois seus pais, quando ele nasceu, representavam a Arcolândia. Apesar de ter sempre morado no Brasil, X é nacional de Arcolândia.*

*A Constituição Federal também considera brasileiros natos os indivíduos nascidos no exterior, filhos de pai brasileiro ou mãe brasileira, ainda que não estejam a serviço do Brasil, desde que venham a residir aqui e optem, a qualquer tempo, pela nacionalidade brasileira. Tal é o caso de Y, que deve, portanto, ser considerado brasileiro nato.*

*Z, por fim, não nasceu no Brasil e não é filho nem de pai brasileiro, nem de mãe brasileira. Seu caso não se enquadra em nenhum daqueles previstos pela Constituição para que possa ser considerado brasileiro nato. A nacionalidade brasileira que requereu e obteve foi, dessa forma, a título de naturalização.*

*Conclui-se, dessa maneira, que X é natural de Arcolândia, não podendo ter aceito seu pedido de inscrição no Concurso de Admissão à Carreira de Diplomata. Y, por sua vez, é considerado brasileiro nato, devendo ter, com isso, seu pedido aceito. Z, por fim, é brasileiro naturalizado, não podendo ocupar cargo na carreira diplomática, nos termos da atual Constituição Federal.*

2. Suponha que tenham sido propostas ações individuais em diversos pontos do país com vistas a impugnar a cobrança de certo tributo, instituído

por lei federal que os contribuintes entendem inconstitucional. Uma dessas ações chega ao Supremo Tribunal Federal, que declara a lei incompatível com a Constituição. Responda justificadamente: os juízes e tribunais inferiores que ainda não apreciaram as demais ações propostas estão juridicamente vinculados a também considerar inconstitucional a mesma lei? Imagine, ainda, que a decisão do STF se repita em outros processos. Estará a Administração Pública juridicamente obrigada a se abster de cobrar o imposto dos contribuintes que não ajuizaram a ação?

**Silvia S. Whitaker Ferreira (20/20)**

*As ações individuais propostas com vistas à impugnação da cobrança do tributo suscitam a declaração da inconstitucionalidade da lei federal que o instituiu por via de defesa, o que significa que essa declaração produz efeitos apenas "inter partes", no caso concreto - ao contrário do que ocorre na ação direta de inconstitucionalidade (que não pode ser proposta por indivíduos, mas apenas pelas pessoas taxativamente elencadas na Constituição), que produz efeitos "erga omnes" e pode conduzir à retirada da lei impugnada do ordenamento jurídico, pelos procedimentos cabíveis.*

*Assim, a decisão do Supremo Tribunal Federal, proferida em grau de recurso, cria jurisprudência, mas não vincula os juízes e tribunais inferiores. Da mesma forma, a Administração Pública fica juridicamente obrigada a se abster de cobrar o tributo apenas daqueles contribuintes que ajuizaram a ação e obtiveram ganho de causa, ainda quando a repetição de decisões do STF no mesmo sentido ensejar o estabelecimento de súmula sobre a matéria - mesmo porque a Administração Pública está adstrita ao princípio da legalidade que lhe impõe o estrito cumprimento das leis em vigor.*

*Cumpra observar que, ao contrário, se se tratasse da ação de declaração de constitucionalidade de lei ou ato normativo, recentemente introduzida em nosso ordenamento jurídico, a decisão favorável do STF vincularia tanto as instâncias superiores quanto a Administração, por expressa disposição constitucional.*

3. J.S., estrangeiro com visto de permanência no Brasil vencido, é proprietário antigo de um apartamento em região valorizada de uma capital do país. Ocorre que, no ano passado, a Prefeitura construiu um viaduto para atender à necessidade de escoamento do tráfego de veículos. A vista do apartamento passou a descortinar uma murada de segurança e o contínuo movimento de automóveis. O nível de poluição sonora aumentou drasticamente, e a poluição do ar tornou-se igualmente insuportável. O imóvel sofreu, assim, grande desvalorização. J.S. pretende reclamar judicialmente uma indenização da Prefeitura pela depreciação do apartamento. Analise, diante da sua condição de estrangeiro com visto vencido, se lhe é admissível propor a ação contra o Poder Público. Examine, qualquer que seja a resposta, as perspectivas de êxito da ação.

**Giuliana Sampaio Ciccu (19/20)**

*A legislação brasileira garante o acesso aos tribunais tanto a brasileiros como a estrangeiros. A qualquer estrangeiro que aqui se encontre, portanto, é admissível, em princípio, propor ação contra o Poder Público. O estrangeiro com visto vencido está em situação irregular no País, o que constitui motivo para sua deportação; diante desta situação, o estrangeiro pode optar por primeiro regularizar sua situação, para depois ajuizar a ação. Caso decida, porém, ajuizar a ação de imediato, poderá fazê-lo, desde que goze de capacidade para tanto. Arriscar-se-á, contudo, a ver exposta sua condição irregular e, diante disso, ser deportado. Admite-se-lhe, porém, propor a ação.*

*Independentemente dessa circunstância, há perspectiva de êxito da ação. O Direito brasileiro consagra a teoria da responsabilidade objetiva do Estado para apurar se há ou não direito a indenização. Assim, se de ato ou omissão do Estado decorrer dano a alguém, o Estado deve indenizar, independentemente de dolo ou culpa de seu agente. Excluem o dever de indenizar a culpa exclusiva da vítima e a força maior, inexistentes no caso proposto.*

*Houve, por outro lado, atividade pública que resultou em perda patrimonial - decorrente de desvalorização do imóvel - para um particular. Há, assim, de acordo com o princípio de que ninguém em*

*particular deve arcar com prejuízos resultantes de atividade que beneficie a todos, dever do Poder Público de indenizar.*

4. O Tribunal de Justiça das Comunidades Européias firmou entendimento no sentido de que o direito comunitário prepondera sobre qualquer norma jurídica, inclusive constitucional, dos Estados-membros da União Européia (caso *Van Gend & Loos*, entre outros). Considerando a posição hierárquica dos tratados internacionais no direito brasileiro, analise se o mesmo entendimento poderia ser aplicado no Brasil aos tratados firmados, por exemplo, no âmbito do Mercosul.

**Silvia S. Whitaker Ferreira (20/20)**

*A Constituição brasileira não se posiciona expressamente quanto ao conflito entre normas internas e tratados internacionais. Existem, a esse respeito, duas correntes doutrinárias: a dualista, que considera que o ordenamento internacional e o doméstico constituem duas esferas distintas, não cabendo, portanto, falar-se em conflito entre suas normas respectivas; e a monista, que vê o ordenamento jurídico como uno e conseqüentemente admite a possibilidade do conflito, dividindo-se, quanto a sua solução, entre os que propugnam a primazia do direito internacional - com base no princípio do "pacta sunt servanda" - e os que defendem a prevalência do princípio pelo qual lei posterior derroga a anterior. Embora haja um certo predomínio, na doutrina, da corrente internacionalista, o Supremo Tribunal Federal criou um importante precedente jurisprudencial em julgado que declarou a prevalência de norma interna posterior a um tratado, por se tratar da "última vontade do legislador".*

*Deve-se considerar, na apreciação da questão aqui proposta, que o Mercosul, à diferença da União Européia, constitui apenas uma união alfandegária, portanto de caráter intergovernamental, não havendo qualquer tipo de delegação de soberania por parte dos Estados-membros. Convém frisar, ainda, que o Estado Brasileiro é um Estado Constitucional, o que significa que, no plano estritamente jurídico, sua existência deriva da Constituição, a cuja rígida observância*

*está, portanto, adstrito. Desta premissa decorre que, por um lado, não é possível ao Estado Brasileiro firmar qualquer tratado, no âmbito do Mercosul ou em qualquer instância internacional, que seja contrário à Constituição; por outro lado, se respeitadas as competências e os procedimentos previstos no texto constitucional, o tratado - celebrado pelo Chefe do Executivo com aprovação do Legislativo - passa a integrar a ordem jurídica interna e, nessa medida, derroga as leis anteriores que lhe forem contrárias. Já o tratado firmado sem observância das regras constitucionais é, perante a ordem interna, nulo de pleno direito (conquanto na ordem internacional seja apenas anulável) e não produz, portanto, qualquer efeito.*

5. Um antigo empregado de uma Embaixada estrangeira em Brasília foi sumariamente demitido de seu emprego. Pretende ajuizar ação no Brasil, postulando a satisfação de seus direitos trabalhistas. O Embaixador daquele país acredita não estar vinculado à legislação trabalhista brasileira. Invoca a imunidade de jurisdição de seu Estado. Considerando o tema da imunidade do Estado, tal como entendido atualmente no Brasil, discorra sobre as possibilidades de êxito da reclamação trabalhista.

**Silvia S. Whitaker Ferreira (20/20)**

*A imunidade de um Estado à jurisdição de outro é princípio tradicional do direito das gentes, corolário do próprio princípio da soberania "par in parem non habet iudicium". Assim, embora se considerasse que, em suas relações com o meio local, o Estado e seus representantes deveriam observar a lei interna do país em que se encontrassem, até recentemente essa observância, por força da referida imunidade, não podia ser exigida judicialmente nos foros locais.*

*Hodiernamente, contudo, essa imunidade não mais se reputa ilimitada: a doutrina e a jurisprudência passaram a estabelecer uma distinção entre os atos de império - expressão da soberania - e os de gestão - em que o Estado comparece despido dessas prerrogativas, como no caso das relações trabalhistas estabelecidas com o meio local. Com base nessa distinção, os tribunais vêm crescentemente reconhecendo a*

*possibilidade de ajuizamento de ações contra Estados estrangeiros ou seus representantes em casos de descumprimento da lei local. Entre nós, o Supremo Tribunal Federal já se pronunciou expressamente sobre a questão, em julgado de 1989: o Estado estrangeiro não é imune à jurisdição nacional em matéria trabalhista.*

*O antigo empregado da Embaixada estrangeira terá, assim, provável êxito em sua postulação perante a Justiça trabalhista brasileira.*

## NOÇÕES DE ECONOMIA

A prova de Noções de Economia constará de 5 (cinco) dissertações, de curta extensão.

### Programa:

#### I - Conceitos básicos

1. O objeto da Economia. Escassez e usos alternativos. Bens econômicos. Sistema de preços e alocação de recursos.
2. Noções sobre a evolução da análise econômica. Pensamento clássico e marxista; a escola neoclássica; Keynes; desenvolvimentos pós-keynesianos.
3. Medida da atividade econômica. Produto e renda. Contas Nacionais: os grandes agregados e sua estimação. Valores nominais e valores reais. Índices de preços.
4. Noções de Microeconomia. Determinantes da procura e da oferta. Elasticidades. O equilíbrio de mercado. Concorrência perfeita, monopólio e outras estruturas de mercado.
5. Moeda e sistema bancário. Oferta e procura de moeda. Banco Central e política monetária. Inflação.
6. Noções de Economia Internacional. Taxas de câmbio e sua determinação. O balanço de pagamentos. A noção de vantagens comparativas.

#### II - Formação da Economia Brasileira

1. A economia brasileira no período colonial. A economia açucareira do Nordeste. Auge e declínio da mineração.
2. A economia brasileira no século XIX. Expansão da lavoura cafeeira. Transformações no final do período: abolição do escravismo, início do desenvolvimento industrial.

3. A economia brasileira na primeira metade do século XX. As duas guerras mundiais, a depressão dos anos trinta e seus reflexos. O processo de industrialização: fases, características.

### Bibliografia:

A primeira parte do programa corresponde ao conteúdo usual de um curso universitário de Introdução à Economia e é coberta em manuais como o Manual de Economia, organizado por Pinho & Vasconcelos e elaborado por uma equipe de professores da Universidade de São Paulo (ver especialmente: Parte Introdutória, capítulos 1 e 2; Parte I, caps. 2 e 4; Parte II, caps. 1, 2 e seu apêndice, 4 e seu apêndice, e 5; e Parte IV, cap. 1 e seu apêndice), ou os livros de Samuelson e de Wonnacott & Wonnacott.

A segunda parte do programa pode ser estudada nos livros clássicos de Celso Furtado e Caio Prado Jr., e na obra de Maria da Conceição Tavares (ver sobretudo o capítulo "Auge e Declínio do Processo de Substituição de Importações no Brasil").

FURTADO, Celso. *Formação Econômica do Brasil*, Companhia Editora Nacional, São Paulo (publicado inicialmente em 1959).

PINHO, D. B. & VASCONCELOS, M.A.S. (orgs.). *Manual de Economia*, Saraiva, São Paulo, 1992.

PRADO JR., Caio. *História Econômica do Brasil*, São Paulo, Brasiliense (publicado inicialmente em 1945).

SAMUELSON, P. A; NORDHAUS, W. D. *Economia*, trad. da 12ª ed. norte-americana por M. M. Godinho, Lisboa, São Paulo: McGraw-Hill, 1991.

TAVARES, Maria da Conceição. "Auge e Declínio do Processo de Substituição de Importações no Brasil" in: *Da Substituição de Importações ao Capitalismo Financeiro*, Zahar, Rio de Janeiro, 1978.

VERSIANI, Flávio Rabelo. *Manual do Candidato - Noções de Economia*, FUNAG, Brasília, 1996.

WONNACOTT, P. & WONNACOTT, R. *Economia*, 2ª ed., trad. da 4ª ed. norte-americana por C. S. Gondo et alii. São Paulo, Makron, 1994.

### Exemplo de prova (concurso de 1997)

1. Regras do comércio internacional, expressas em acordos dos quais o Brasil é parte, recomendam o mesmo tratamento fiscal para as vendas ao mercado interno e para as exportações, mas abrem espaço para tornar as exportações isentas de impostos indiretos brasileiros. Explicando os motivos do tratamento preconizado, construa uma argumentação em defesa de maiores estímulos às exportações brasileiras.

#### André Saboia Martins (20/20)

*Em economias periféricas (ou semiperiféricas), como é o caso da economia brasileira, o setor externo, além de assumir um caráter estratégico, de resto comum às economias nacionais em geral, tem apresentado fortes traços de vulnerabilidade ao longo de seu desenvolvimento histórico.*

*Foi a partir dos anos 60 que o governo brasileiro passou a adotar uma política mais ativa e consistente de estímulo às exportações, através de isenções fiscais, crédito e uma política cambial que reduziu o risco para o exportador.*

*Na década de 90, diante do esgotamento do modelo de substituição de importações e com o objetivo de enfrentar a persistência do fenômeno inflacionário e redefinir a inserção externa da economia brasileira, o governo adotou políticas de abertura comercial.*

*No momento atual, após o Plano Real ter efetivamente atingido o seu objetivo central de estabilização econômica, persiste o debate acerca da sobrevalorização da taxa de câmbio, que estaria desestimulando as exportações, tornando-as menos competitivas no mercado internacional.*

*Setores do governo, mesmo reconhecendo a sobrevalorização e os problemas de déficit na balança comercial, chamam a atenção para o impacto inflacionário que uma mudança no câmbio produziria e propugnam por reformas estruturais que, reduzindo o chamado "custo Brasil", tornariam nossas exportações mais competitivas.*

*Tendo em vista que tais reformas só virão a produzir efeitos significativos no médio e longo prazo, a isenção de impostos indiretos para as exportações brasileiras apresenta-se como ajuste necessário e viável para garantir empregos, crescimento e afluxo de divisas.*

2. Quais são os objetivos e interesses do governo brasileiro com as atuais políticas de privatização de empresas estatais e de liberalização do comércio exterior?

**Jonas Guimarães Ferreira (18/20)**

*A política de privatização é perfeitamente coerente com a orientação neoliberal do atual governo. Busca-se afastar a "vocaçào" empresarial do Estado brasileiro, consolidada na década de 70, de forma à que a ação estatal possa se concentrar em atividades sociais básicas como educação, saúde, segurança, de acordo com a idéia de "Estado mínimo". Como boa parte dessas empresas é deficitária, além de ficar livre de pressões negativas sobre as contas públicas, o governo ainda consegue, com o dinheiro das vendas, recursos extras para equilibrar o déficit público e tocar obras.*

*A liberalização do comércio exterior está afinada com o processo de globalização que caracteriza a economia mundial contemporânea. Procura-se uma inserção efetiva da economia brasileira no contexto internacional, evitando que o país fique marginalizado, num momento em que até as outrora fechadas economias socialistas experimentam processos de abertura. Através da exposição à concorrência internacional objetiva-se um "choque de eficiência" em vários setores da economia nacional, oligopolizados e/ou mal-acostumados por décadas de políticas protecionistas. A maior presença de produtos estrangeiros é, ainda, de grande importância para evitar pressões inflacionárias, contribuindo substancialmente para a estabilização da economia, desde o lançamento do Plano Real.*

*Sumarizando, poder-se-ia dizer que o objetivo maior é o aumento da eficiência dos agentes econômicos. O governo se retira dos setores*

*nos quais tem demonstrado incompetência, e os agentes privados, face à maior concorrência, são obrigados a aumentar a produtividade, cortar custos, desenvolver novas técnicas etc., tudo no sentido de uma alocação mais eficiente de recursos, resultando em um ganho da sociedade como um todo.*

3. "O processo de substituição não visa diminuir o *quantum* de importações globais; essa diminuição, quando ocorre, é imposta pelas restrições do setor externo e não é desejada". Há alguma contradição nessa assertiva? Comente sua resposta, especificando a que característica do processo de substituição de importações a assertiva se refere.

**Caio Mário Renault (20/20)**

*A substituição de importações visa na verdade mudar a composição da pauta de importações. Como resultado do processo de substituição, o quantum de importações globais pode a princípio até subir. Isso se deve ao fato de que a substituição de determinados produtos exige que a indústria nacional se capacite, muitas vezes com base em insumos importados (ex: máquinas, matérias-primas).*

*A necessidade de substituição de importações foi imposta muitas vezes por restrições externas à nossa capacidade de importar (ex: a Grande Depressão). As restrições externas à nossa capacidade de importação podem, no entanto, também limitar o processo de substituição de importações em vista da dependência de insumos importados, como foi exposto.*

*Não parece haver contradição, portanto, na assertiva. O objetivo não é a diminuição do quantum de importações globais, mas a mudança da composição da pauta de importações. A deterioração dos termos de intercâmbio ( $P_x.Q_x / P_m$ ) pode impor uma restrição à capacidade de importação, pesando sobre a balança comercial. Procura-se então substituir aqueles itens que pesam sobre as importações desde que haja possibilidade de capacitação da indústria nacional para tal fim.*

4. “A política de defesa do setor cafeeiro nos anos da Grande Depressão concretiza-se num verdadeiro programa de fomento da renda nacional. Praticou-se no Brasil, inconscientemente, uma política anticíclica de maior amplitude que a que se tenha preconizado em qualquer dos países industriais”. Compare a política cafeeira do Brasil na década de trinta com políticas posteriores voltadas para a sustentação do nível de renda.

#### Ibrahim Abdul-Hak Neto (18/20)

*Antes que Keynes escrevesse sua General Theory, em 1936, o Brasil já havia inventado as políticas keynesianas de sustentação da renda. De um ponto de vista teórico, não há diferença entre a política cafeeira do Brasil na década de 30 e as políticas posteriores voltadas para a sustentação do nível de renda.*

*Podemos escrever que a renda é:  $Y = C+I+G+X-M$ . A sustentação do nível de  $Y$  depende, pois, de cada um dos agregados (consumo, investimento, gastos públicos, exportações - importações).*

*Durante os anos 30, a exportação de café era, ainda, a principal atividade da economia brasileira. Os PVCs (Planos de Valorização do Café), levados a cabo durante a República Velha para sustentar a oferta do produto e garantir as receitas de exportação frente à superprodução, inspiraram a nova política de defesa do preço do café do Estado Novo. Vale lembrar que estavam verificadas as pré-condições para o êxito da política: a) produção brasileira quase monopolística no mercado internacional; b) inelasticidade da demanda, apesar de sua queda bruta; c) alternância de safras abundantes e safras reduzidas, permitindo a regulação via estocagem. Não havia, contudo, em 1933, a possibilidade de se recorrer a empréstimos externos como ocorrera no I PVC (1907) e no III PVC (1921). A solução foi a proibição da extensão dos cafezais e a prática da destruição de estoques. O Brasil recuperou-se da crise de 1929 já em 1933, antes dos Estados Unidos (que se recuperavam graças ao New Deal).*

*As políticas keynesianas tornaram-se “moda” nos anos 50, 60, inclusive no Brasil (como durante o II PND). Vale lembrar que não é o fato de se agir sobre  $C$  e  $I$  que dá sustentação à renda, como escreveu*

*Keynes. Para um país agroexportador, dependente, como era o Brasil dos anos 30, a sustentação de renda se faria pela sustentação das receitas de exportação. É interessante lembrar que, tanto no Brasil dos anos 30 ou em outro país que tenha adotado as políticas keynesianas, houve pressões inflacionárias (G implicou emissão monetária) justificáveis.*

5. Superávits do balanço de pagamentos geram expansão da base monetária. Essa expansão, por sua vez, tem efeitos sobre a oferta de moeda. Partindo dessas considerações, sugira políticas que possam ser adotadas por países que desejem receber recursos do exterior maiores que seus déficits em transações correntes, ao mesmo tempo em que desejam manter a estabilidade de preços.

#### Caio Mário Renault (20/20)

*Quando ocorre um superávit como o descrito na questão, o Banco Central compra a moeda estrangeira excedente, aumenta a oferta de moeda nacional num valor que chamaremos de  $DM$ .*

*Parte desse aumento, digamos,  $DM'$ , vai chegar aos bancos comerciais como depósitos à vista. Os meios de pagamento, devido à criação de moeda escritural, irão se expandir na razão máxima dada por  $DM' / 1 - (1-r)(1-c)$ , onde “ $r$ ” é o coeficiente de encaixe obrigatório e “ $c$ ” o coeficiente de retenção de moeda pelo público.*

*Para que seja possível manter o recebimento de recursos do exterior maiores que os déficits de transações correntes, sem que haja pressão sobre o nível de preços, o Banco Central deve procurar reduzir a expansão da base monetária. Para esse fim, o Banco Central dispõe de três políticas principais:*

*a) aumento do encaixe obrigatório ( $r$ ) dos bancos comerciais. Pela fórmula acima, sabe-se que o aumento de “ $r$ ” reduzirá a quantidade total de moeda escritural que pode ser criada;*

*b) venda de títulos do governo, retirando-se assim moeda de circulação. Isso reduzirá as reservas bancárias e terá portanto o efeito*

*de reduzir a quantidade de moeda escritural. Haverá também, com a venda de títulos, um aumento da taxa de juros, reduzindo os investimentos e a demanda agregada;*

*c) aumento da taxa de redesconto para os bancos comerciais. Com a dificuldade em obter empréstimos, os bancos serão forçados a manter encaixes maiores (o que nos leva de novo à fórmula acima), reduzindo a quantidade de moeda criada e em circulação. Como efeito colateral dessa política, os bancos reduzirão também a oferta de crédito, reduzindo a concessão de empréstimos.*

## FRANCÊS

O Concurso de Admissão à Carreira de Diplomata não mais inclui prova de Francês.

O IRBr não concebe, no entanto, que a formação do diplomata brasileiro possa excluir a proficiência em alto nível no idioma, entre muitas razões porque (a) a Bibliografia para o Concurso e a seguida no Programa de Formação e Aperfeiçoamento - Primeira Fase (PROFA-I) inclui, em grande medida, textos em francês e (b) o Francês será matéria obrigatória no PROFA-I.

É, portanto, fortemente aconselhável que, desde a preparação para o Concurso, o candidato à carreira de diplomata não descure o Francês.

A Fundação Alexandre de Gusmão (FUNAG) inclui, entre suas publicações, o *Manual de Francês Diplomático*, cuja leitura recomendamos.